

Sumário

<i>Conjuntura do mercado de trabalho da RMS em 2003</i>	<i>3</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia.....</i>	<i>7</i>
<i>Conjuntura nacional: recuperação precária interrompe trajetória de queda</i>	<i>15</i>
<i>Breve panorama do mercado de trabalho da indústria de transformação baiana nos oito primeiros meses do ano.....</i>	<i>21</i>
<i>Arranjos produtivos locais: conceito e experiências em discussão</i>	<i>26</i>
<i>Educação superior e o mercado de trabalho: o estado da Bahia na década de 90</i>	<i>31</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia ...</i>	<i>37</i>
<i>Grifos</i>	<i>40</i>
<i>Indicadores Conjunturais</i>	<i>47</i>

Conjuntura do mercado de trabalho da RMS em 2003

A conjuntura brasileira, nos primeiros meses de 2003, foi marcada por fortes obstáculos à retomada do crescimento econômico, num ambiente de elevadas taxas de juros, associada à aceleração da inflação e à redução do poder de compra de grande parte da população.

Os bons resultados da agricultura não foram repetidos pelas atividades industriais e de vendas do comércio varejista, ressentidas pela redução da renda real dos consumidores, aliada ao baixo crescimento da ocupação.

Nos últimos meses de 2003, inicia-se um processo de recuperação devido ao recuo do nível de preços e dos juros. No entanto, apesar de alguma melhora nos níveis de emprego, o rendimento dos trabalhadores ainda continua pífio.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela SEI/UFBA com parceria da SEADE/DIEESE mostram essa tendência, na região metropolitana de Salvador, em 2003.

Segundo dados da PED, em outubro de 2003, o número de ocupados registrou um aumento de 3,0%. Em dezembro de 2002 haviam 1.204 mil pessoas ocupadas na RMS, em outubro de 2003, esse contingente foi estimado em 1.240 mil pessoas, representando, portanto, um aumento de 36 mil postos de trabalho.

No entanto, o aumento de desempregados é significativamente superior, apresentando taxa de 7,8%, no mesmo período, resultado de um incremento de 34 mil pessoas em busca de ocupação.

Tal discrepância entre o aumento superior de desempregados em relação aos ocupados dá-se pelo crescimento da PEA (população economicamente ativa) acima dos ocupados (4,3%), indicando que 70 mil pessoas entraram no mercado de trabalho.

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

Pode-se, então, afirmar que o crescimento do número de ocupados foi insuficiente tanto para absorver as pessoas que chegam ao mercado de trabalho quanto, com mais razão, para reduzir a desocupação de forma consistente.

As taxas de participação – indicador que expressa a proporção de pessoas com 10 anos de idade ou mais inseridos no mercado de trabalho como ocupados ou desempregados – em dezembro de 2002 e outubro de 2003 foram de 62,5% e 63,7%, respectivamente, representando um aumento 1,9% entre os períodos; e as taxas de desemprego, nos mesmos períodos, foram de 26,5% e 27,4%, indicando um aumento de 3,4%.

O aumento no nível global de ocupação (3,0%) reflete incrementos na ocupação alcançados em atividades industriais (6,4%) e de serviços (6,7%), enquanto que o setor comércio (-3,3%) e no agregado demais atividades (-5,7%) registraram decréscimo entre os meses de dezembro de 2002 e outubro de 2003.

No que se refere à forma de inserção na ocupação, o nível de assalariamento total da RMS, em 2003 (entre dezembro de 2002 e outubro de 2003), aumentou 3,0%. Esse crescimento médio deve ser atribuído ao aumento de 1,4% do setor público e de 3,4% do setor privado. O contingente de trabalhadores autônomos elevou-se em 5,6% no período em análise.

O crescimento relativo dos ocupados autônomos revela uma inserção significativamente informal, ainda que se verifique, no setor privado, um decréscimo de 7,1% no número de pessoas ocupadas sem carteira assinada entre dezembro de 2002 e outubro de 2003. Tal inserção leva a uma estrutura ocupacional com rendimentos mais baixos. Segundo dados da PED, em outubro de 2003, a categoria assalariada sem carteira assinada recebeu pouco mais de 50% do rendimento real médio dos assalariados com carteira assinada.

No Brasil tem ocorrido o aumento do trabalho informal, com renda e condições de trabalho mais precárias, com empregos de baixa qualidade, como o doméstico e o autônomo.

Quando consideramos os dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTE), observa-se que em 2003, até o mês de outubro, o mercado de trabalho formal na RMS registrou um saldo positivo de 4,677 mil postos de trabalho. Entre os segmentos analisados, apenas construção civil registrou desempenho negativo, com a redução de 2,141 mil postos de trabalho. O setor de



serviços foi o que apresentou o melhor saldo no período, 4,804 mil empregos, seguido de comércio com novos 1,372 mil postos de trabalho criados.

Com relação à renda dos ocupados, a partir da base de dados da PED, observa-se que o rendimento médio real, no período compreendido entre dezembro de 2002 e setembro de 2003, registrou queda tanto para os ocupados (-2,2%) como para os assalariados (-0,3%), passando a corresponder a R\$ 627 e R\$ 711, respectivamente.

Os assalariados no setor privado registraram queda no rendimento médio real de 1,3%, entre dezembro de 2002 e setembro de 2003. Na análise por setor de atividade, observa-se redução do rendimento tanto para ocupados no comércio como em serviços de 4,8% e 4,1%, respectivamente. Já entre os trabalhadores da indústria, verificou-se incremento do salário médio de 8,0% durante o período.

Considerando-se a formalização do vínculo empregatício, notou-se em setembro comparado ao salário real recebido em dezembro de 2002 decréscimo no vencimento auferido pelos trabalhadores com carteira assinada (-1,4%) e sem carteira assinada (-4,1%). Os valores monetários desses rendimentos foram, respectivamente, de R\$ 665 e R\$ 360.

Em setembro de 2003, a massa de rendimentos reais – corresponde ao total de salários recebidos por todos ocupados – reduziu-se para a população ocupada em apenas 0,4%, e aumentou 1,7% para os trabalhadores assalariados. A principal razão para a redução da massa salarial dos ocupados na RMS, ainda que pouco significativa, está na queda do rendimento real médio daqueles.

Para o último trimestre espera-se uma melhora no rendimento real dos assalariados com carteira assinada e assalariados do setor público, devido aos acordos feitos por algumas categorias profissionais com data-base entre julho e novembro.

O ambiente conjuntural satisfatório e a ação sindical dessas categoriais contribuíram para a melhora nas negociações salariais. Segundo pesquisa do DIEESE, no segundo semestre, o melhor reajuste obtido entre as categorias

A perspectiva é de recuperação do nível de consumo ao longo dos próximos meses, devido à melhoria das condições de crédito, da recuperação progressiva da renda real em função dos recentes dissídios salariais e dos demais resultados observados no mercado de trabalho

consideradas mais tradicionais – metalúrgicos, químicos, bancários e petroleiros – foi o dos trabalhadores das montadoras paulistas: 2,0% de aumento real.¹

Entre os fatores que contribuíram para as negociações desta categoria destaca-se: a redução do IPI concedida às montadoras e as medidas de incentivo ao crédito adotadas pelo governo que permitiram a melhora nas vendas.

Ante os resultados observados nos três trimestres de 2003, para o último trimestre do ano espera-se maior incremento no número de pessoas ocupadas até o final do ano, justificado em grande parte pelo

aumento das contratações por parte do setor de comércio, que costuma ampliar as vendas durante o período das festas de final de ano – ainda que o ano de 2003 para este setor apresente-se crítico –, como também são demandadas mais pessoas para trabalharem durante o período de alta estação turística na RMS e para a produção de produtos carnavalescos utilizados no início do próximo ano.

Em outras atividades, como, por exemplo, a industrial, o aumento da oferta de postos de trabalho depende dos investimentos realizados pelos setores. Os segmentos que estão operando com baixa capacidade ociosa, são os mais prováveis de realizar investimentos futuros, no entanto, isto não significa afirmar que esses investimentos irão se traduzir em mais empregos.

No entanto, ainda que os resultados do último trimestre evidenciem melhoras no nível de emprego, não será suficiente para negar a hipótese de 2003 vir a ser mais um ano caracterizado pela deterioração dos principais indicadores do mercado de trabalho.

Neste contexto, a perspectiva é de recuperação do nível de consumo ao longo dos próximos meses, devido à melhoria das condições de crédito, da recuperação progressiva da renda real em função dos recentes dissídios salariais e dos demais resultados observados no mercado de trabalho. Além do mais, espera-se um incremento no consumo por parte dos gastos com o 13º salário nas festas de fim de ano, ainda que boa parte deverá ser utilizada para pagamento de dívidas.

Segundo o DIEESE, quase R\$ 36 bilhões, ou 2,7% do



produto interno bruto (PIB) brasileiro, devem ser injetados na economia do país até o final do ano, com o pagamento do 13º salário a todos os trabalhadores da economia formal e aos beneficiários da Previdência Social. A maior parcela dos quase R\$ 36 bilhões, deve ficar nos estados da região Sudeste do país, que concentra também a maior parte dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.²

Na economia baiana, o pagamento do 13º salário deve injetar R\$ 1,4 bilhão, beneficiando 2,9 milhões de pessoas, segundo estimativas do DIEESE³. Ainda segundo o DIEESE, este valor corresponde a 2,28% do PIB da

Bahia, estimado em R\$ 62,8 bilhões. Na comparação com o ano passado o total de baianos que receberá o 13º salário apresentará um crescimento da ordem de 5,5%.

Notas

¹ “ELITE” trabalhadora consegue aumento real. *Folha de São Paulo*, 23 nov. 2003. p. B-6. Caderno Dinheiro.

² Informativo Eletrônico do DIEESE, *Anote*, v. 4, n. 42, nov. de 2003. www.dieese.org.br.

³ Informe Sindical, DIEESE, n. 25, nov. 2003. www.dieese.org.br

* Carla Janira Souza do Nascimento





Voluntários

B A H I A

**O CVB está precisando de
sua ajuda.
Contribua
Participe.
Faça parte.**

**Centro de Voluntários da Bahia
Rua Francisco Muniz Barreto, 02, 1º andar
Pelourinho
Salvador 40025-090 BA
Conta Corrente: Caixa Econômica Federal
Agência 0064 Baixa dos Sapateiros
C/C 3312-3**

www.voluntariosbahia.org.br
voluntariosbahia@terra.com.br



DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



O desempenho da produção industrial, no acumulado do ano de 2003, apresenta-se positivo, enquanto que o volume de vendas do varejo ainda mantém recuo na trajetória. Os baixos rendimentos reais e as ainda elevadas taxas de juros continuam atuando como fatores que restringem o consumo. Diante da conjuntura adversa, em Salvador, o IMEC apresenta variação negativa no acumulado do ano até agosto (-1,0%). Por outro lado, tem-se como fator de estímulo à produção, os resultados significativos das exportações.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano, taxa positiva de 0,4% em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho da indústria química (1,2%) foi determinante na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciaram negativamente os resultados dos gêneros de produtos de matérias plásticas (-23,8), bebidas (-22,2%), material elétrico e comunicação (-9,3%), metalúrgica (-0,1%) e borracha (-9,1%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, no acumulado do ano em 2003, apresentou taxa negativa de 8,2%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa no período; destacam-se o decréscimo nas vendas físicas de tecidos, vestuário e calçados (-13,8%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-11,7%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 6,8% no ano, retornando a níveis de janeiro 2003.

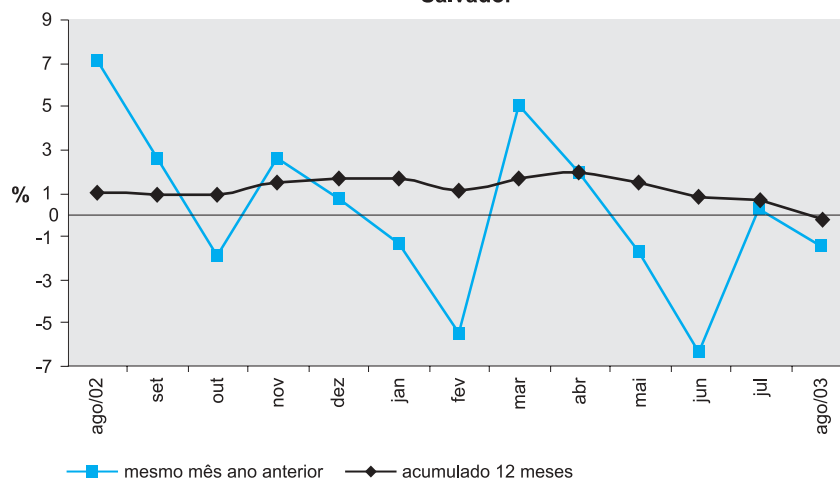
No comércio exterior, o ano de 2003 mantém excelente desempenho. Segundo dados do SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro e setembro de 2003, as exportações cresceram 41,5% e as importações recuaram 1,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 973,8 milhões.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 1,1% em setembro, obteve variação de 0,3% em outubro de 2003. Nesse mesmo mês de 2002, o IPC-SEI teve alta de 1,2%. No período de janeiro a outubro, Salvador apresenta alta nos preços de 9,7%. Os grupos que possuem taxa abaixo da inflação geral nos nove meses de 2003, são: habitação e encargos (9,6%), alimentos e bebidas (9,1%), e vestuário (4,1%).

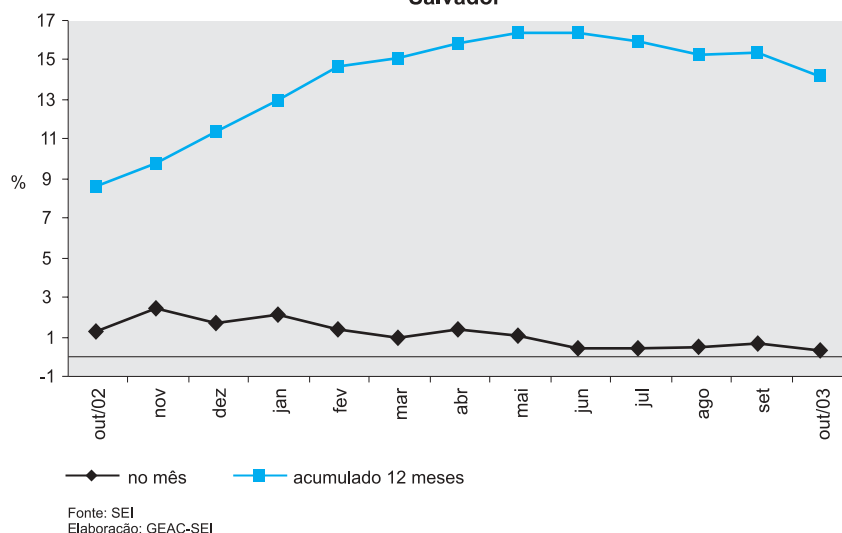
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS (27,9%), em setembro de 2003, caiu 3,0 pontos percentuais em relação a agosto de 2003 (28,8%). No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 17,3%, em agosto, para 16,7%, em setembro. No mesmo período, observou-se aumento da taxa de participação: de 62,5% para 63,4%. O número de ocupados cresceu 2,9% (de 1.188 para 1.223 pessoas) e o incremento observado na PEA foi de, apenas, 1,7%.

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, mostra que o mês de agosto de 2003, em comparação com o mês de agosto de 2002, apresenta decréscimo de 1,4%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado apresenta-se com taxa negativa de 0,2%. Esses resultados indicam queda na trajetória do nível de atividade de Salvador.

**Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador**



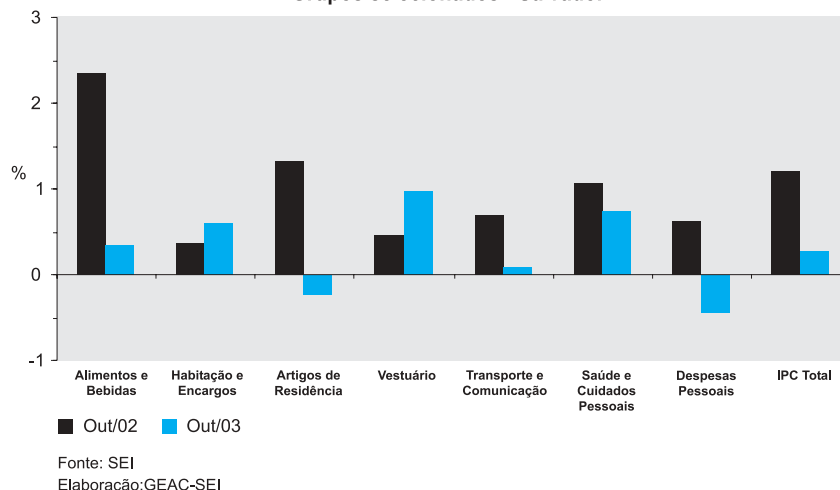
**Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador**



O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI – registrou, em outubro, incremento de 0,3% nos preços. Nos últimos 12 meses, o resultado ficou em 14,3%, inferior aos 12 meses anteriores (15,3%), indicando baixa dos preços em Salvador. Os grupos 'transporte e comunicação' (21,3%) e 'alimentos e bebidas' (15,4%) foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos 12 meses.

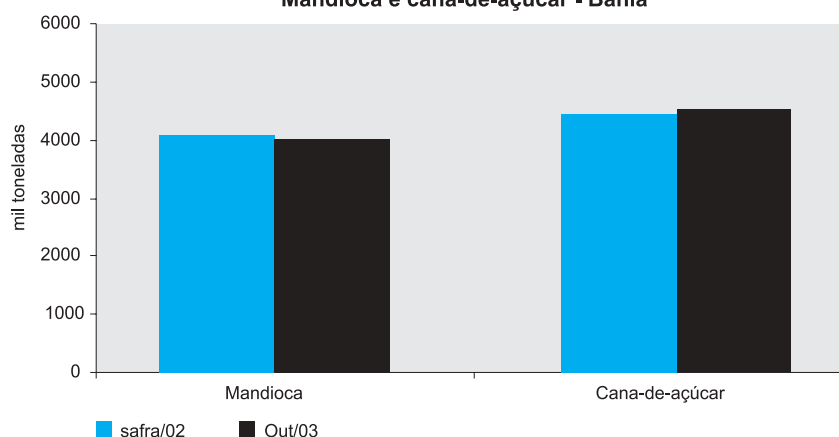
Os grupos 'vestuários' e 'saúde e cuidados pessoais' obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de outubro, com elevação dos preços de 1,0% e 0,8%, respectivamente. O item 'roupas' teve alta de 1,1% e o 'produtos farmacêuticos' 1,2%. Os grupos 'despesas pessoais' e 'artigos para residência' apresentaram taxas negativas (-0,5%) e (-0,2%), respectivamente.

**Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador**



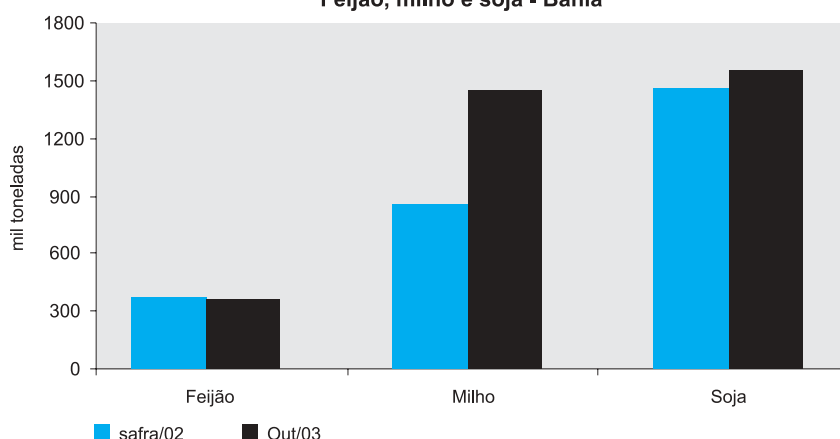
As estimativas do LSPA/IBGE de outubro, para 2003, mostram que a produção de mandioca obteve queda de 2,2% em relação à safra 2002, devido a variação negativa no seu rendimento (-4,0%) e na sua área plantada (-2,6%). A produção de cana-de-açúcar obteve um pequeno aumento de 1,7%, nas estimativas, o que se deve aos ganhos de produtividade e as boas cotações do álcool e do açúcar no mercado externo.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**

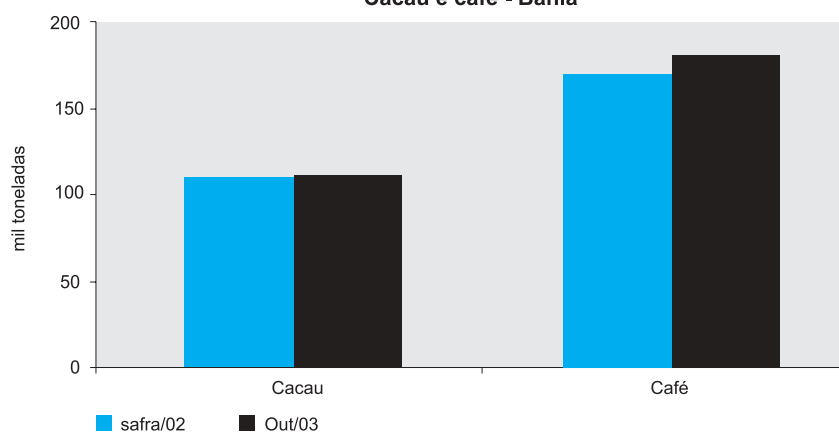


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

As estimativas para safra de 2003, da produção de feijão registraram uma queda de 3,2% em relação à safra 2002, o que se deve a queda de 2,9% na sua área plantada. A produção de soja obteve aumento de 6,3%, com tendência de alta no preço internacional, em função da seca que atinge os principais produtores mundiais desse grão. A cultura do milho registrou aumento de 70,8%, resultado da boa cotação do grão no mercado internacional.

As estimativas para o cacau, em outubro de 2003, na comparação com a safra 2002, revelam um modesto aumento de 0,9%, com variação positiva no seu rendimento em 2,2%, o que se deve à modernização de técnicas de plantio realizada por alguns produtores. A safra do café registrou um aumento de 7,1% na sua produção e de 4,9% no seu rendimento, o que decorre das expectativas de um período de preços favoráveis.

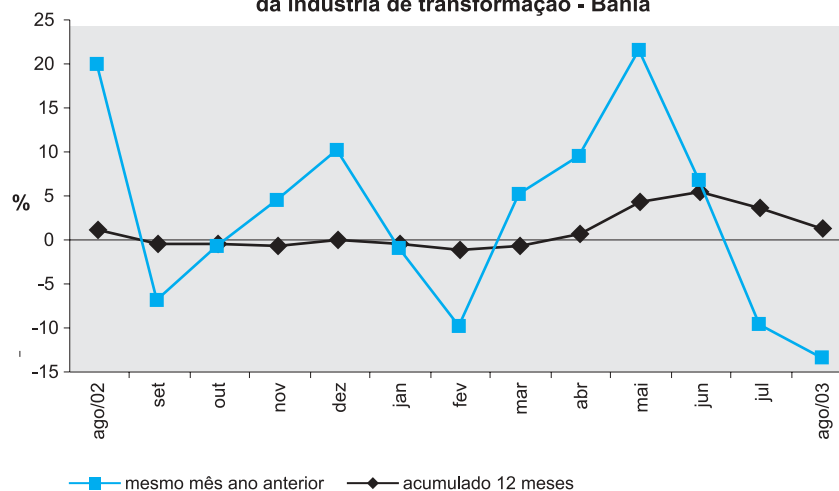
**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

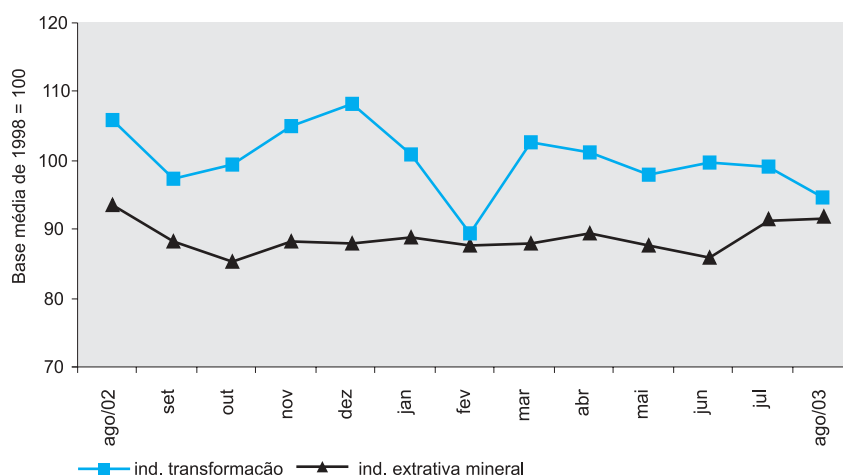
A Pesquisa Industrial Mensal elaborada pelo IBGE mostra que, em agosto, a produção industrial do setor baiano de transformação registrou decréscimo pelo segundo mês consecutivo. Em relação a agosto de 2002 (que registrou crescimento expressivo, de 20,0%), o decréscimo foi de 12,9%. Com este resultado, a taxa nos últimos 12 meses acumula 0,9%, determinando recuo na atividade industrial do estado em comparação a maio, junho e julho.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral* - Bahia

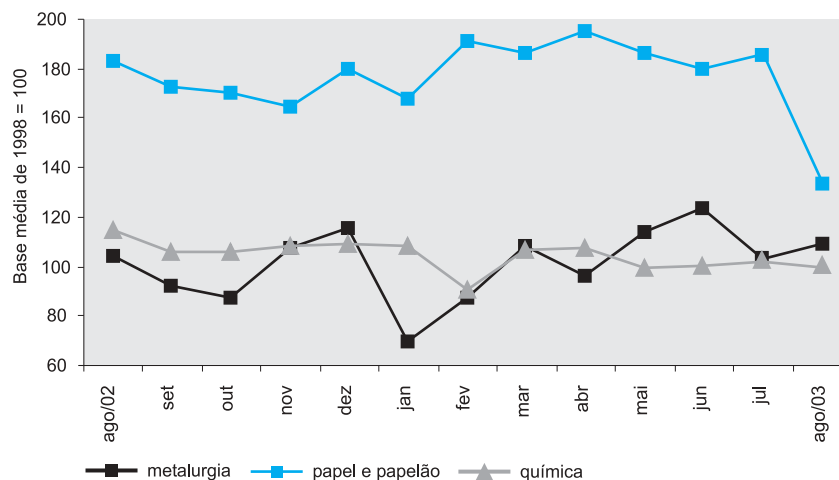


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI
* Série dessazonalizada

A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em agosto, mostrou decréscimo de 3,0%, com relação ao mês de julho. Assim, a trajetória durante o ano da produção industrial revela que o setor de transformação encontra-se numa situação de estabilidade determinada, sobretudo pela dinâmica do segmento químico. O setor extrativo mineral obteve ligeiro acréscimo de 0,2% no mesmo período de comparação.

Os dados ajustados sazonalmente, por segmento de atividade da indústria de transformação, indicam acréscimo significativo para a indústria metalúrgica (7,0%) entre julho e agosto; decréscimo de 27,3% para o setor de papel e papelão; e de 1,9% para a indústria química. Com esse resultado, a metalurgia manteve o processo de crescimento, apesar do retrocesso no mês passado.

Índices de produção física dos principais gêneros da indústria de transformação - Bahia
Série dessazonalizada

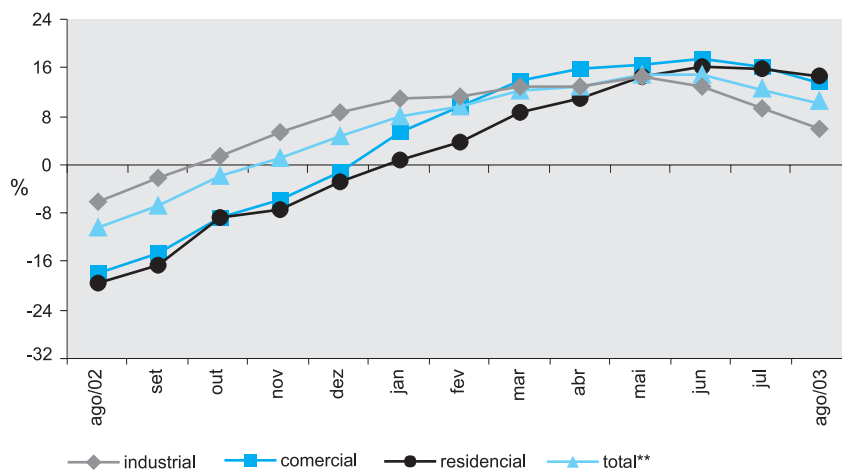


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI



O consumo de energia elétrica na Bahia, no acumulado dos últimos 12 meses, até agosto, registra uma taxa positiva de 10,4%, inferior aos meses de março (12,3%), abril (13,0%), maio (14,9%), junho (14,8%) e julho (12,4%). Esse resultado reflete a queda no consumo dos setores industrial, comercial e residencial. O consumo industrial que teve aumento de 14,5% em maio já registra taxa de 6,4% em agosto.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



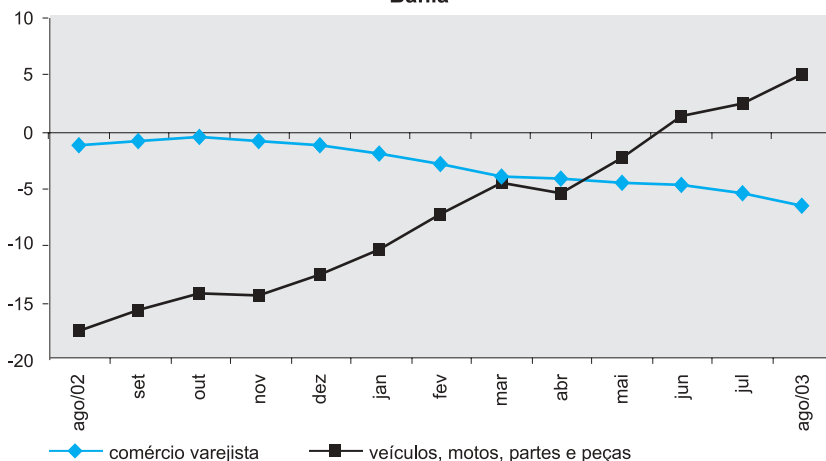
Fonte: COELBA/CO/CTM

Elaboração: GEAC-SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

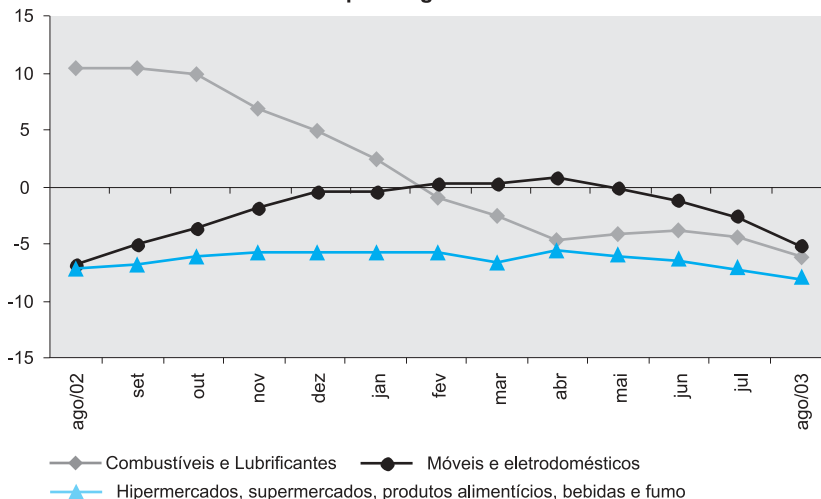
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em agosto, o volume de vendas do comércio varejista apresentou retração de 9,5% comparado com agosto de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 6,4%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 17,9% em relação ao mês de agosto de 2002, acumulando variação positiva, de 5,1% nos últimos 12 meses.

Os segmentos de 'hipermercados e supermercados, produtos alimentícios' (-11,7%) e 'combustíveis e lubrificantes' (-11,9%) foram os que mais contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em agosto de 2003. O primeiro segmento acumula recuo de 7,9% nos últimos 12 meses comparado com o mesmo período do ano passado, e o segundo recuo de 6,6% na mesma comparação. Todos os segmentos do varejo acumulam queda no período.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



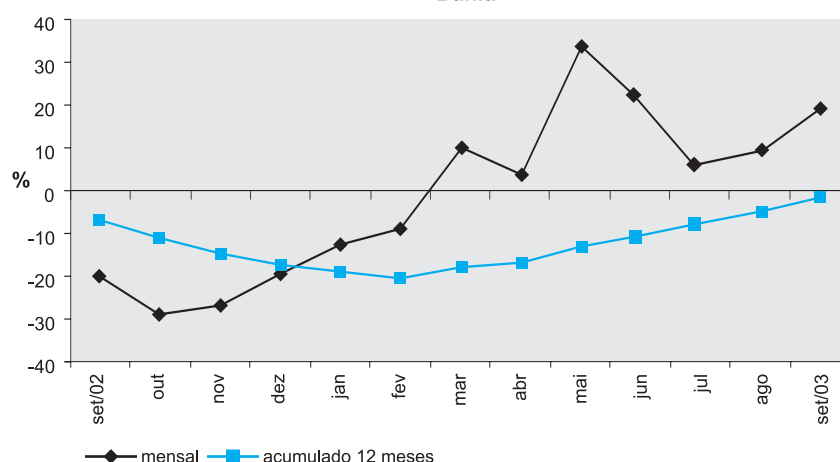
Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

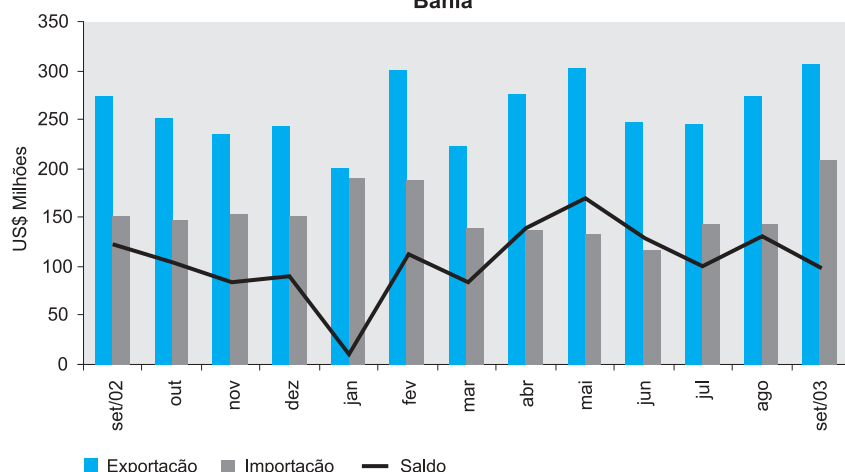
A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, mantém crescimento em 2003. Na Bahia, em setembro, observa-se acréscimo de 19,6% no total de cheques sem fundos, comparado ao mesmo mês do ano de 2002. Em agosto, esse resultado já havia sido de 9,0%. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação até setembro foi de -1,9%, acima do resultado observado até agosto (-4,9%), determinando o aumento de inadimplentes na Bahia.

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC-SEI

Balança comercial
Bahia

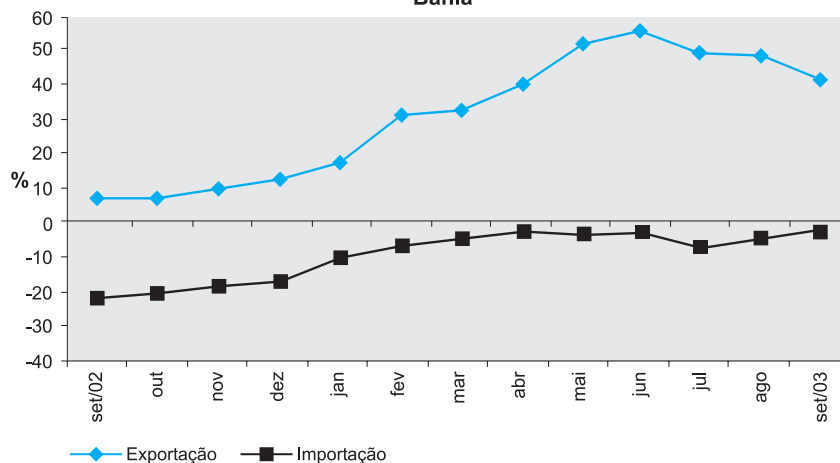


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI

O resultado da balança comercial da Bahia no mês de setembro apresentou um saldo superavitário de US\$ 97,9 milhões. As exportações alcançaram US\$ 306,2 milhões, registrando um aumento de 11,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. As importações registraram US\$ 208,3 milhões, apresentando um acréscimo expressivo de 40,2%, em relação a setembro/2002.

O desempenho do comércio exterior baiano, segundo os resultados do acumulado nos últimos doze meses, indicou que as exportações registraram alta de 41,4% e as importações com uma pequena queda de 3,6%. O aumento das exportações foi devido ao crescimento das vendas de produtos básicos e manufaturados. O recuo das importações reflete a queda dos bens de capital (-33,3%) e dos bens de consumo duráveis e não-duráveis (-27,2%).

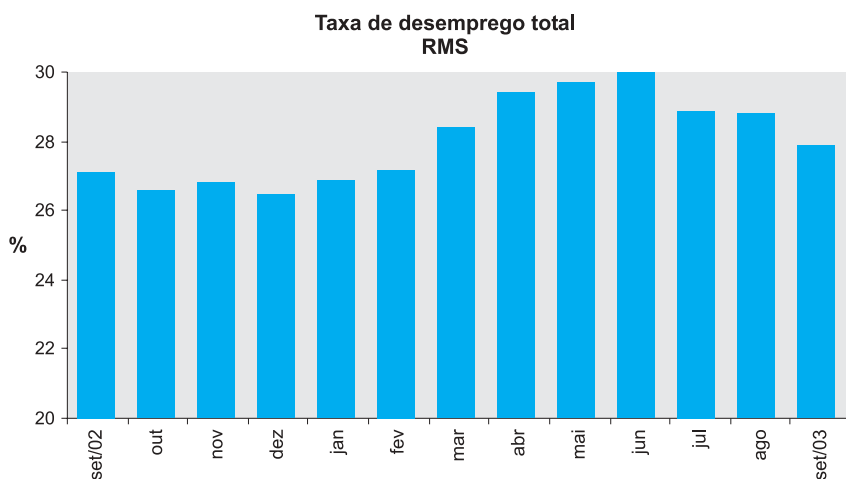
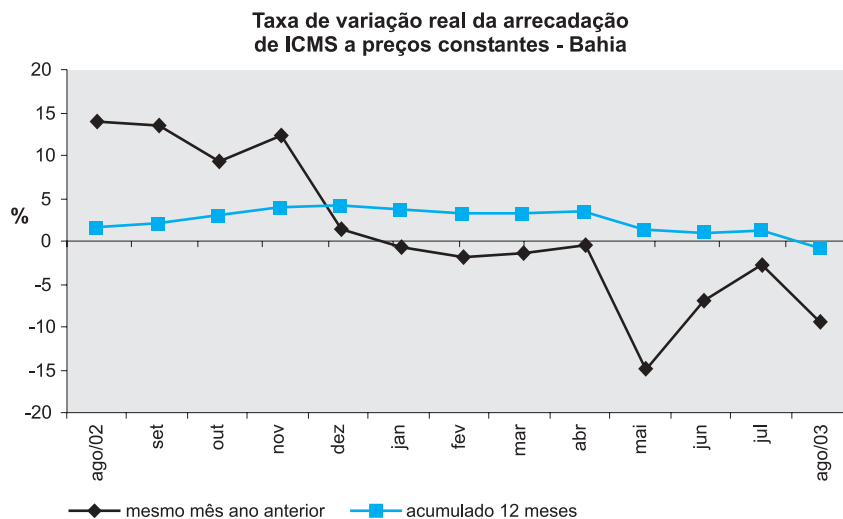
Taxa de variação da balança comercial*
Bahia



Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado 12 meses



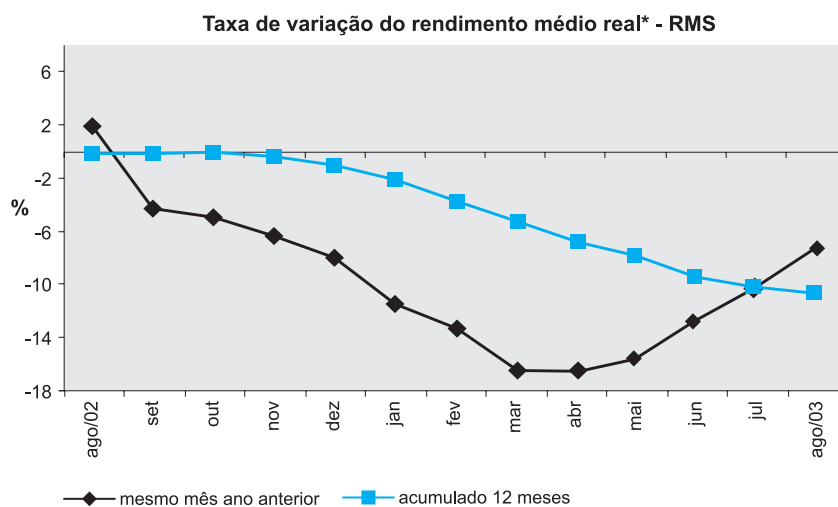
A arrecadação de ICMS, em agosto de 2003, da ordem de R\$ 465,53 milhões, ficou 9,4% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, 0,7% abaixo da realizada nos 12 meses imediatamente anteriores (em valores reais). Esse resultado expressa o baixo desempenho da atividade produtiva no ano de 2003, que já acumula uma queda de 5,0%.



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 27,9% em setembro. Essa taxa está abaixo da registrada no mês de agosto (28,8%), mas ainda acima da de setembro de 2002 (27,1%). Essa taxa representa uma ligeira recuperação do mercado de trabalho baiano, no entanto, ainda com uma alta taxa média de desemprego no ano (28,0%).

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de agosto, apresentou redução de 5,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Essa taxa foi de -9,8% em julho, indicando uma recuperação mensal na variável. No acumulado dos últimos 12 meses, a curva manteve a tendência de queda, registrando taxa negativa de 10,5% até agosto, comparada ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA*
RICARDO L. S. PEREIRA DE SOUZA**

Conjuntura nacional: recuperação precária interrompe trajetória de queda¹

A discussão travada ao término do primeiro semestre de 2003, após dois trimestres de ambiente recessivo, foi sobre se teríamos atingido o fundo do poço ou se a economia continuaria em queda. Os mais otimistas apostavam que já no segundo semestre do corrente ano o nível de atividade iria se recuperar, enquanto outros, mais cautelosos, empurravam para 2004 o momento em que o Brasil voltaria a apresentar crescimento em seu nível de atividade.

O desemprego em alta e a queda continuada na renda real observados no primeiro semestre indicariam forte dificuldade na retomada da expansão do nível de atividade, conforme sinalizou o economista Delfin Netto: “o avanço do crescimento será pequeno e lento, nada espetacular” (RODIMANN; GUTERMAN: 2003, p. A3).

Assim, o árduo esforço fiscal de obtenção de um superávit primário de 4,25% do PIB, aliado a uma alta taxa básica de juros, permitiu a manutenção de taxas baixas de inflação, mostrando para os credores a prioridade no pagamento dos compromissos, tranquilizando momentaneamente o mercado financeiro.

Se, por um lado, a política ortodoxa adotada possibilitou um certo desafogo no fluxo financeiro da economia – Bolsa em alta, redução do risco Brasil, valorização e possibilidade de colocação de novos Títulos do Tesouro Nacional junto à banca internacional – por outro lado, implicou um ambiente recessivo e de indicadores de emprego, renda e produção em queda nos sete primeiros meses de 2003 no lado real da economia brasileira, que desceu a ladeira de forma acelerada, só não despencando literalmente devido ao crescimento da agropecuária.

O recuo nos indicadores sociais foi sinalizado pelo Mapa da Fome II, recentemente divulgado pela Fundação

Getúlio Vargas, o qual revelou que o Brasil tem 50 milhões de miseráveis, ou seja, 28,72% de sua população vivendo com renda familiar per capita de R\$ 79,00, concentrados, na sua maioria, na Região Nordeste.

Face a esta avaliação pessimista do ambiente econômico, o ano de 2003 foi considerado perdido, tendo sido revista para baixo (0,7%) a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que, no primeiro semestre de 2003, medido a preços de mercado, aumentou 0,3% em relação a igual período de 2002.

Contudo, as sucessivas quedas na taxa básica de juros Selic que vem adotando o Banco Central, associadas à redução temporária da carga tributária de veículos automotores e à expansão do microcrédito para compra de bens duráveis da chamada linha branca e da eletroeletrônica, além da ampliação das vendas externas, trouxeram, em agosto, uma recuperação da produção industrial que cresceu 1,5% em relação a julho/2003.

Por outro lado, os dados preliminares de setembro de 2003 indicaram que a indústria registrou crescimento de produção e vendas em relação a agosto, no que tange à indústria de embalagens, de papel e papelão, siderurgia, têxtil, eletroeletrônicos e automóveis.

A indústria de embalagens manteve em setembro o crescimento sobre o mês anterior, conforme Fábio Mestriner, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Embalagem (ABRE): “o setor registrou, até junho, uma queda de 5,2% na produção. O ano pode terminar empatado com 2002 e essa recuperação abre espaço para um 2004 melhor” (NEUMANN; FALEIROS: 2003, p.A3). A produção de papelão ondulado cresceu em setembro/2003 sobre agosto, que já tinha apresentado um aumento de 4% em relação a julho.

Por outro lado, em setembro de 2003, a produção de aço, fortemente influenciada pelas exportações, registrou alta de 5% nas vendas em relação a igual período do ano passado.

Já o setor têxtil, que segundo o IBGE registrou queda de 14% de janeiro a agosto/2003, espera fechar o ano com um faturamento de cerca de R\$ 22 bilhões, empatando com 2002, sendo este resultado garantido pelas exportações, que cresceram cerca de 20% este ano.



Ainda não se sabe qual o fôlego desta recuperação da economia, que entra no seu terceiro mês e se reflete na subida das vendas a crédito – 9,1% na primeira quinzena de outubro/2003 – e no Indicador de Confiança dos Empresários Brasileiros, medido pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, que subiu de 51,9 para 55,7 pontos (acima de 50 pontos significa expectativas favoráveis para os próximos seis meses). Parece mais uma recuperação precária do que o início de um círculo virtuoso. Face ao aprofundamento do desemprego e à queda na renda real, estaríamos novamente ensaiando “um vôo de galinha”, como já ocorrido várias vezes no passado?

INDÚSTRIA BRASILEIRA: CHEGAMOS AO FUNDO DO POÇO?

Apesar dos cortes nas taxas básicas de juros feitas pelo Governo, a produção industrial ainda mantém ritmo fraco. As expectativas quanto ao comportamento do PIB pioraram com a proximidade do final do ano. Inclusive há previsões de crescimento nulo, como prevê a empresa de Consultoria Rosemberg e Associados, na qual trabalha-se com a hipótese de uma expansão de 7% no setor agropecuário, 1% no setor de serviços e uma queda de 2% na indústria.

Alguns analistas acreditam que a retomada na produção industrial deverá ocorrer apenas em 2004, já que a Sondagem Conjuntural da Indústria da Fundação Getúlio Vargas indica que os estoques estão em seu nível mais elevado desde 1992. Assim, ainda que ocorra uma retomada nas vendas do comércio varejista, não ocorreria um aumento na produção industrial devido aos elevados estoques de produtos finais.

Como consequência do baixo ritmo da indústria, o consumo global de energia elétrica no Brasil, apesar de indicar crescimento, mostra-se bem reduzido. Este indicador, em julho, cresceu 3,2% e, no acumulado de janeiro a julho,

aumentou 5%, de acordo com o levantamento do Departamento de Estudos Energéticos e Mercado (DEM), da Eletrobrás. O mercado que mais cresceu foi o comercial, com 6,3% em julho e 7,1% no ano. O segmento residencial cresceu 4,1% em julho e, no acumulado do ano até julho, cresceu 7,5%. No entanto, o segmento de maior peso, constituído pela indústria, cresceu apenas 1,5% em agosto em relação a julho/2003, acumulando no ano um resultado negativo de 0,5%.

Tabela 1
Varição Percentual da Indústria Geral Segundo Intensidade do Gasto com Energia Elétrica - Brasil - Agosto/2003

Segmentos	Variação			
	Mês/Mês (1)	Mensal (2)	Acumulado	
			No ano (3)	12 Meses (4)
Setores de alta intensidade	-0,1	-0,2	2,3	3,8
Setores de média intensidade	1,1	-3,5	-1,7	0,6
Setores de baixa intensidade	1,7	-1,9	-2,3	0,2
Indústria Geral	1,5	-1,8	-0,5	1,7

Fonte: IBGE/DPE/COORDENAÇÃO DA INDÚSTRIA

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

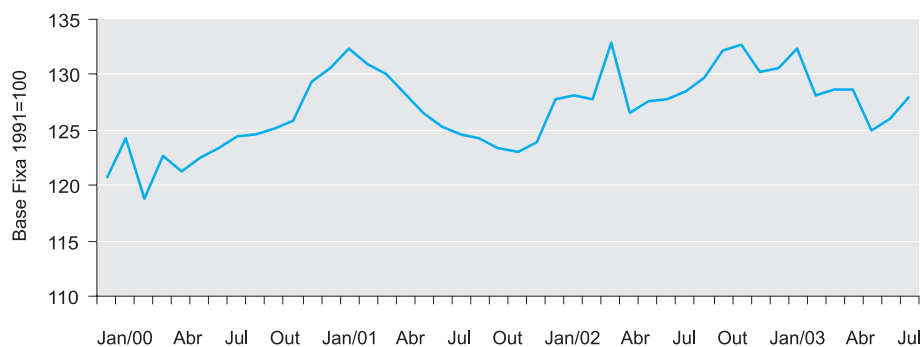
3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Considerando os últimos doze meses, posição agosto de 2003, o consumo de energia da indústria em geral cresceu 1,7%, sendo que os setores de alta intensidade, e que são os mais ligados às exportações no país, apresentaram a maior variação acumulada: 3,8%.

A produção industrial do mês de agosto mostrou crescimento de 1,5% em relação a julho. Contudo, comparada com agosto/2002, foi a quinta queda consecutiva na indústria geral (-1,8%) e na indústria de transformação. Esses resultados indicam que a indústria parou de cair, porém ainda não dá indícios de uma retomada sustentada do crescimento.

Gráfico 1
Indicador Conjuntural da Indústria Geral
Brasil 2000-2003



Fonte: IBGE/DPE/COORDENAÇÃO DE INDÚSTRIA

Por categoria de uso, houve um aumento considerável no segmento de bens de consumo duráveis de 5,8% em agosto com relação a julho/2003. Os outros setores que apresentaram resultados positivos foram bens de capital (1,5%) e bens intermediários (1,2%). Porém o setor de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis está amargando sua terceira queda consecutiva.

A indústria enfrenta uma dualidade conjuntural neste momento: enquanto há setores mais dinâmicos, vinculados com as exportações, com resultados positivos em seus indicadores, há um 'lado negativo' em setores vinculados com a demanda interna, cujos resultados negativos são fruto das políticas macroeconômicas do Governo.

O consumo de bens não duráveis e semiduráveis que são tipicamente comercializados no mercado interno, compondo a cesta de bens das classes menos abastadas, vem caindo vertiginosamente: de agosto/2002 a agosto/2003 acumulou uma queda de 7,8%. A recuperação industrial não chegou para todos, restringe-se a poucos setores beneficiados pela redução da taxa de juros ou contemplados pela redução de impostos. Assim, apenas automóveis e eletrodomésticos novos se beneficiaram.

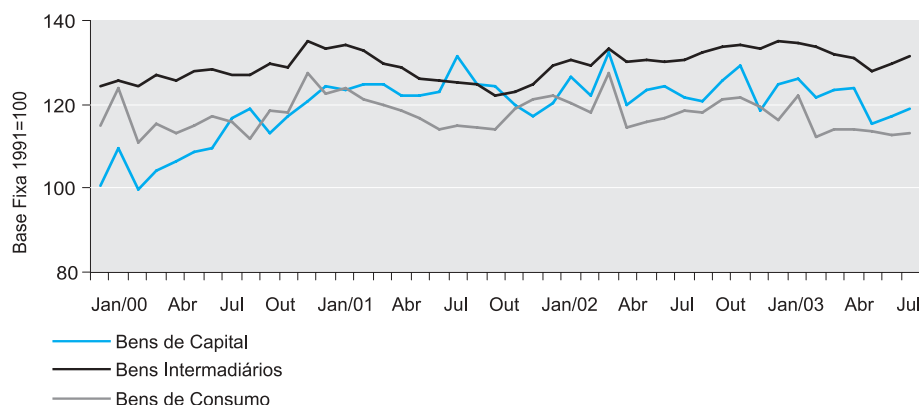
Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, apenas o segmento de bens intermediários não apresentou queda; no entanto, seu incremento foi de apenas 0,1%. O destaque negativo neste tipo de comparação foi o setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-7,8%), resultado que reflete a queda na renda real do trabalhador brasileiro e o desemprego. As indústrias que mais pressionaram este segmento para baixo foram as de vestuário e farmacêutica, ambas com -22%.

O segmento de bens de consumo duráveis recuou 3,8%, pressionado pelas indústrias de mobiliário (-15,4%) e eletrodomésticos (-7,9%). Este resultado negativo não foi mais forte devido ao desempenho na produção de motocicletas (18,6%) e de automóveis (1,9%).

O setor de bens de capital obteve resultado negativo de 3,1%. Neste segmento, somente a indústria mecânica apresentou resultado positivo (7,6%), devido ao bom desempenho de máquinas agrícolas. Em contraposição, há fortes quedas no segmento, como a indústria metalúrgica (-

30,8%), de material elétrico e comunicação (-16,6%), mobiliário (-14,4%) e material de transporte (-10,1%).

Gráfico 2
Indicadores da Produção Por Categoria de Uso
Brasil 2000-2003



Os indicadores de tendência elaborados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) mostram que a indústria, apesar de não dar sinais de recuperação, parece ter estancado o seu processo de queda de produção. Analistas especulam que somente no terceiro trimestre deste ano é que pode haver alguma recuperação no crescimento, como resultado das políticas de crédito implementadas pelo Governo.

A despeito do Indicador de Tendência do IEDI apontar para uma redução no ritmo da recessão industrial, os dados da Pesquisa Industrial Regional do IBGE, para o mês de agosto/2003, ainda mostram sinais de recessão. No confronto com agosto de 2002, dos doze locais pesquisados, sete apresentaram desempenho negativo.

A indústria do Espírito Santo se mantém à frente dos demais Estados, com um desempenho de 11,6%, muito em função da extração de petróleo. As outras taxas positivas são atribuídas aos estados de Pernambuco (6,7%), São Paulo (1,0%), Paraná (0,2%) e Minas Gerais (0,1%). O desempenho positivo de Pernambuco é justificado pelo desempenho favorável dos produtos alimentares. Em Minas Gerais, apesar de um crescimento muito pequeno, este resultado reflete uma maior articulação com as exportações das indústrias metalúrgica e de papel e papelão. São Paulo, que desde abril não mostrava resultado positivo neste tipo de comparação, deve este crescimento em agosto aos resultados das indústrias química e mecânica.

Das áreas com resultados negativos, apenas o Rio Grande do Sul (-0,7%) ficou acima da média nacional, que já está muito baixa (-1,8%). Em seguida vem Ceará (-1,9%),

Tabela 2
Taxa de Variação da Produção Industrial
Resultados Regionais - Agosto/2003

Locais	Taxa de Variação (%)		
	Mensal (1)	Acumulado	
		Jan-Ago (1)	12 Meses (2)
Região Nordeste	-6,9	-2,1	0,1
Ceará	-1,9	-2,2	-0,1
Pernambuco	6,7	-2,0	2,1
Bahia	-11,4	0,2	0,6
Minas Gerais	0,1	-1,7	1,2
Espírito Santo	11,6	17,3	20,1
Rio de Janeiro	-4,6	-0,4	2,9
São Paulo	1,0	-0,8	0,4
Região Sul	-2,5	0,6	2,0
Paraná	0,2	2,9	4,7
Santa Catarina	-6,5	-3,8	-3,5
Rio Grande do Sul	-0,7	1,9	3,3
Brasil	-1,8	-0,5	1,7

Fonte: IBGE/DPE/DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA

(1) Base: Mesmo período do ano anterior = 100

(2) Base: Últimos 12 meses anteriores = 100

Região Sul (-2,5%), Rio de Janeiro (-4,6%), Santa Catarina (-6,5%), Nordeste (-6,9%) e Bahia (-11,4%).

A Região Nordeste obteve queda nos indicadores em onze dos quinze setores pesquisados pelo IBGE na comparação agosto/2003 com agosto/2002. A indústria química (-11,9%), de vestuário e calçados (-39,4%) e metalúrgica (-10,6%) foram as que mais contribuíram para a queda no indicador geral para o Nordeste que ficou em -6,9%.

Houve queda na produção de gasolina comum, nafta, blusões, camisas esporte e camisetas, alumínio em lingotes, anodos e catodos. Em contrapartida, as

indústrias têxtil (10%), material elétrico (12,8%) e extrativa mineral (1,8%), foram as que mais contribuíram positivamente, evitando que a queda no indicador fosse maior ainda na Região Nordeste.

A Bahia, em agosto/2003, apresentou retração de 11,4% no indicador mensal. Obteve resultados positivos, embora pequenos, no acumulado do ano (0,2%) e nos últimos doze meses (0,6%). Na relação mensal, as indústrias que mais contribuíram para o resultado negativo foram a química (-15,7%), devido à redução no refino de gasolina e nafta. Esta forte redução na produção dos derivados de petróleo se deve à redução na demanda por estes produtos, reflexo da crise que assola o país; e produtos alimentares (-22,3%), pela redução no processamento de chocolate amargo e manteiga de cacau.

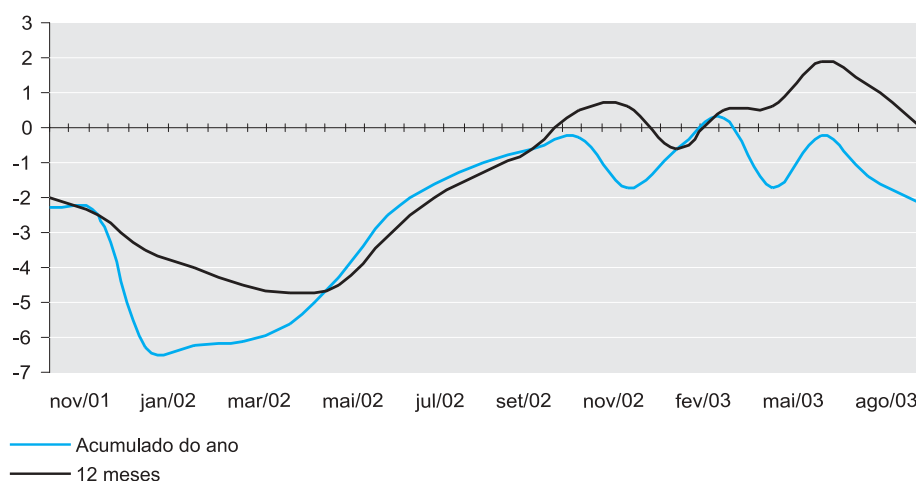
Os resultados positivos na indústria baiana foram os minerais não-metálicos (20,5%), metalúrgica (2,5%) e têxtil (12,6%). Tais resultados são fruto do aumento na produção de barita e clínquer, vergalhões de cobre e ferrocromo, e sacos e fios beneficiados de fibras sintéticas.

POLÊMICA NA AGRICULTURA: TRANSGÊNICOS

O Governo Brasileiro, após ter cedido ao *lobby* dos produtores de soja gaúchos, anda às voltas com uma grande polêmica. Por enquanto, a liberação da plantação de soja transgênica foi apenas para a safra a ser plantada neste mês de outubro, com a utilização das sementes guardadas pelos produtores e cuja origem é ilegal. A comercialização está permitida até o final de 2004.

Para o futuro, o Governo estuda um projeto de lei que libera a plantação e a comercialização de soja transgênica em todo território nacional. O que há em jogo são cerca de US\$ 100 milhões correspondentes ao ganho estimado pela Monsanto com os produtores brasileiros apenas com os direitos de propriedade intelectual. Todas as sementes desenvolvidas, tanto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) quanto por empresas privadas, são resultado de acordos com a própria Monsanto.

Gráfico 3
Taxa de Variação da Produção Industrial
Nordeste 2001-2003



Fonte: IBGE/DPE/COORDENAÇÃO DE INDÚSTRIA

No Congresso Nacional há uma série de divergências políticas quanto à liberação da soja transgênica. Enquanto o Partido Verde é determinantemente contra, o PPS é a favor, pretendendo propor a flexibilização das regras que autorizaram o plantio de transgênicos este ano. Entre os pontos mais defendidos está o fim do Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC). Esta medida prevê que o agricultor que queira plantar transgênicos terá de assinar o TAC, confessando que cometeu crime ao guardar sementes geneticamente modificadas para cultivar neste ano.

O fato é que por trás das discussões em Brasília, a respeito da soja transgênica, o agronegócio ganha força, batendo recordes de produção ano após ano. Podemos verificar isso com o crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais setores que compõem o agronegócio brasileiro, que ainda comemora safra recorde na produção de grãos.

A safra recorde de grãos é o principal motivo de comemoração do agronegócio em 2003, já que é o principal responsável pelo faturamento bruto da agricultura que estima aumentar cerca de 21,1% em 2003, alcançando R\$ 98,2 bilhões. O Valor Bruto da Produção (VBP) de grãos aumentou 44,7%, saindo de R\$ 41,1 bilhões, em 2002, para R\$ 59,5, em 2003.

Os principais produtos da safra de grãos brasileira são o trigo, o milho, a soja e o algodão. Estes produtos dinamizam o crescimento e o faturamento da agricultura. O país deverá produzir 4,5 milhões de toneladas de trigo, reduzindo assim as importações que ainda são bastante elevadas. O milho deverá ultrapassar os 5 milhões de toneladas, incrementando as suas exportações. O algodão contou com um pouco de sorte nesta safra, devido à ocorrência de seca nos principais países produtores, reduzindo a oferta e aumentando o preço no mercado internacional. A consequência disso é que os preços recebidos pelos produtores, nos sete primeiros meses do ano, aumentaram 22% em relação ao mesmo período do ano passado. A produção recorde de soja de 51,2 milhões de toneladas proporcionará ao país a liderança no ranking mundial de exportações, alcançando US\$ 8 bilhões para o complexo.

No entanto, para o conjunto das demais lavouras, o VPB dá um recuo de 3,2% em 2003 (R\$ 38,7 bilhões) em relação à produção de 2002 (R\$ 40 bilhões). Produtos como o café e a laranja amargam resultados negativos em relação à produção de 2002. A redução no VBP do café caiu de R\$ 6,9 bilhões em 2002, para R\$ 5 bilhões em 2003. Seus preços médios estão inferiores ao custo de produção, que está estimado em R\$ 196,00 a saca pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O VBP da laranja também está em queda, cerca de 19%. Diminuiu de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 3,7 bilhões. Como causa desta queda, assim como para o café, é apontada a redução do preço médio recebido que, aliado à redução na produção, explicam a diminuição do VBP.

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), através do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) para o mês de agosto, apontam para algumas variações nas estimativas e, dentre estas, as que mais se destacam são o café beneficiado (-3,68%), o feijão em grão 2ª safra (-10,21%), o milho em grão 2ª safra (9,1%) e o sorgo em grão (6,38%).

Tabela 3
Produção Agrícola
Confronto das safras 2002 e das estimativas para 2003
Brasil - Agosto de 2003

Produtos Agrícolas	Produção (t)		
	Safra Obtida 2002	Safra Esperada 2003	Variação %
Algodão herbáceo (em caroço)	2.160.197	2.203.394	2,00
Arroz (em casca)	10.472.093	10.232.027	-2,29
Batata-inglesa 1ª safra	1.423.931	1.443.626	1,38
Batata-inglesa 2ª safra	909.436	920.984	1,27
Batata-inglesa 3ª safra	551.273	546.968	-0,78
Cacau (em amêndoa)	174.665	178.884	2,42
Café (beneficiado)	2.493.525	1.979.872	-20,60
Cana-de-açúcar	363.721.019	385.415.617	5,96
Cebola	1.193.988	1.179.831	-1,19
Feijão (em grão) 1ª safra	1.624.156	1.645.695	1,33
Feijão (em grão) 2ª safra	1.055.724	1.254.370	18,82
Feijão (em grão) 3ª safra	371.084	416.041	12,12
Laranja	18.446.901	17.216.007	-6,67
Mandioca	23.131.212	22.363.284	-3,32
Milho (em grão) 1ª safra	29.293.978	34.815.127	18,85
Milho (em grão) 2ª safra	6.206.385	12.490.254	101,25
Soja (em grão)	42.026.519	51.582.033	22,74
Sorgo	773.106	1.704.551	120,48
Trigo	2.925.890	5.233.531	78,87

Fonte: IBGE/DPE/DEAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola



A variação negativa observada na estimativa do café deve-se às novas informações de estiagem e à falta de tratamentos culturais adequados nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Quanto ao feijão, o motivo principal foi a forte estiagem na região nordeste da Bahia, em municípios como Jeremoabo, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal e Adustina.

Já o milho apresentou uma variação positiva em função de uma maior produtividade nos estados do Paraná (maior produtor nacional) e Mato Grosso do Sul. O sorgo, que também obteve uma variação positiva, justifica este resultado na boa performance da Região Centro-Oeste, onde destacaram-se os estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

A pecuária obteve crescimento de 3,8% no seu VBP, que aumentou de R\$ 53,2 bilhões para R\$ 55,3 bilhões em 2003. O maior destaque da pecuária é a avicultura de postura (produção de ovos), que apresentou o maior crescimento no faturamento bruto com 21,9%, seguido pela avicultura de corte com 18%. O VBP do leite aumentou 15,1%.

A produção de suínos e a pecuária bovina de corte apresentaram queda no faturamento bruto. Isso se dá em decorrência da redução dos preços médios reais recebidos pelos produtores. O VBP da suinocultura caiu 7,9% enquanto que a queda no VBP da bovinocultura de corte foi de 5,5%.

O que pode explicar a queda no VBP da pecuária de corte, que até o ano passado era o maior do setor agropecuário e este ano foi superado pelo VBP da soja, é que os preços dos insumos pecuários tiveram aumentos acima dos índices gerais de inflação no mês de agosto. Na média dos sete estados onde é feita a pesquisa de custo da produção pecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CNA/Cepea-USP), a cesta dos insumos da pecuária de corte ficou cerca de 0,71% mais cara em agosto.

O sucesso do setor agrícola nacional está intimamente ligado ao setor externo, ou seja, as exportações é que estão trabalhando a nosso favor. Assim também acontece com alguns setores industriais, que remam contra a maré

e conseguem driblar a crise que persiste no setor. As indústrias mais ligadas às exportações mostram um dinamismo maior nos seus indicadores, ao contrário das indústrias vinculadas à demanda interna.

Enquanto o setor agropecuário em geral cresce, a indústria parece amargar ainda resultados desastrosos em seus indicadores. O crescimento, que tanto era esperado para o ano de 2003, não se configura e a expectativa é que, com um possível aquecimento nas vendas industriais no final do ano, a indústria recupere algumas perdas.

Notas

¹ Texto apresentado para discussão na reunião do NEC, de 22 out. 2003.

Referências

CUSTO da produção pecuária cresce mais que inflação. *Indicadores Pecuários*. Disponível em: <http://www.cna.org.br/indicadorespec03/set/custoproducao.htm>. Acesso em: 15out.03.

DURÃO, Vera Saavedra, HOLANDA, Diogo. PIB per capita pode cair até 0,8% este ano. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 25 set. 2003. p.A12.

FACHINI, Cláudia; FALEIROS, Gustavo. Grandes redes já se animam com retomada de procura por duráveis. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 out. 2003. p. A3.

FRANCO, Célia de Gouvêa. Indústria recuou de novo, projetam analistas. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 07out. 2003. p.A3.

NEUMANN, Denise; FALEIROS, Gustavo. Produção sobe em setembro e já ajuda 2004. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro: 08 out. 2003. p.A3.

PRODUÇÃO industrial em agosto de 2003: freio na recessão. IEDI. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 13 out. 2003.

RODIMANN, R.; GUTERMAN, D. Herança e gargalos seguram o crescimento. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro 01 de jul. 2003.

SALDO recorde de US\$ 16,15 bilhões na balança comercial do agronegócio. *Indicadores Rurais*. Disponível em: http://www.cna.org.br/indicadores_rurais/2003/set/balanca.htm. Acesso em: 15 out. 2003.

SALOMON, Marta. Direito sobre transgênico chega a US\$ 100 mi. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 05 out. 2003. p.B1.

SCHUFFNER, Cláudia. Consumo de energia tem alta de 3,2%. *Valor Econômico*. Rio de Janeiro, 07 out. 2003. p.A3.

VBP da agricultura aumenta para R\$ 98,2 bi com safra recorde de grãos. *Indicadores Rurais*. Disponível em: http://www.cna.org.br/indicadores_rurais/2003/set/vbp.htm. Acesso em: 15 out. 2003.

*** Antônio Plínio Pires de Moura é Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).**

**** Ricardo L. S. Pereira de Souza é Graduando em Economia da FCE/UFBA e membro do NEC**

Breve panorama do mercado de trabalho da indústria de transformação baiana nos oito primeiros meses do ano

O presente texto tem como objetivo traçar as principais características e identificar a dinâmica do mercado de trabalho da indústria de transformação baiana nos oito primeiros meses de 2003. Para realizar tal análise, recorreu-se à fonte de dados sistematizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego: o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O CAGED mede o fluxo de empregados, exclusivamente sob o regime da CLT, admitidos e desligados de um determinado setor ou segmento da economia (são vários os níveis de agregação/desagregação). Portanto, a dinâmica aqui identificada, através dos fluxos de admissões e demissões da indústria de transformação baiana, refere-se apenas ao mercado de trabalho formal.

Além desta introdução, o presente trabalho compõe-se de mais três partes. Inicialmente, efetua-se um diagnóstico geral do comportamento da indústria de transformação do estado da Bahia até o mês de agosto. Em seguida, consubstanciado nos dados do CAGED, analisa-se, dentro do mesmo período, o desempenho do mercado de trabalho do setor. Por fim, tecem-se as observações finais.

O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA EM 2003

Apesar do fenômeno da terciarização¹ estar presente na grande maioria das economias capitalistas contemporâneas, a indústria de transformação ainda continua sendo o subsector da economia baiana de maior peso na formação do PIB estadual. No ano de 2002, de acordo com os dados apresentados na tabela 1, ela foi

responsável por pouco mais de um quarto do PIB baiano (25,52%). Essa importante contribuição para a formação da renda faz, das variações na produção, nas vendas e no emprego da indústria de transformação (que fazem dela uma espécie de locomotiva do crescimento econômico estadual), indicadores cruciais do ritmo de crescimento da economia baiana como um todo.

Tabela 1
PIB da indústria de transformação baiana
1994 a 2002

Período	PIB da indústria de transformação baiana** (a)	(em R\$ milhões)	
		PIB da Bahia** (b)	(a)/(b)
1994	3.194	14.972	21,33%
1995	4.913	26.769	18,35%
1996	6.255	32.990	18,96%
1997	6.839	37.021	18,47%
1998	7.520	38.759	19,40%
1999	9.327	42.040	22,18%
2000	11.367	48.197	23,58%
2001*	13.260	54.467	24,34%
2002*	15.936	62.438	25,52%

Fonte: SEI.

(*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE).

(**) Em preços correntes.

Nos primeiros oito meses de 2003, os principais indicadores de desempenho da indústria de transformação baiana apresentaram resultados regulares. A produção física da indústria de transformação obteve uma variação da ordem de 0,4%, seguindo de forma ligeiramente mais elástica a pequena tendência de crescimento do conjunto da indústria baiana, que entre janeiro e agosto deste ano cresceu apenas 0,2%. O crescimento pequeno, mas positivo, da produção física da indústria de transformação baiana contrastou com a média da Região Nordeste e do Brasil que apresentaram, respectivamente, taxas de -2,6% e -0,8% (Tabela 2).

Apesar do pequeno crescimento da produção física, as vendas reais da indústria de transformação baiana cresceram 2,7% nos primeiros oito meses de 2003 em relação ao mesmo período do ano anterior. Os segmentos representados pela indústria química e pela indústria metalúrgica foram os únicos a apresentarem taxas positivas de crescimento das vendas reais: 5,2% e 0,5% respectivamente (Tabela 3).



Tabela 2
Taxa de crescimento da produção física industrial - Bahia, Nordeste e Brasil (Em %)

	Indústria Geral		
	Ago03/Ago02	Jan03-Ago03/ Jan02-Ago02	Set02-Ago03/ Set01-Ago02
Bahia	-11,4	0,2	0,6
Nordeste	-6,9	-2,1	0,1
Brasil	-1,8	-0,5	1,7

	Indústria de Transformação		
	Ago03/Ago02	Jan03-Ago03/ Jan02-Ago02	Set02-Ago03/ Set01-Ago02
Bahia	-12,9	0,4	0,9
Nordeste	-8,7	-2,6	0,3
Brasil	-2,2	-0,8	1,4

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de indústria.

Tabela 3
Vendas reais por setores da indústria de transformação baiana - 2003 (Em %)

Setor	Variação percentual			
	Ago03/ Jul03	Ago03/ Ago02	Jan03-Ago03/ Jan02-Ago02	Set02-Ago03/ Set01-Ago02
Indústria de transformação ¹	5,5	-15,8	2,7	5,0
Química	3,5	-18,6	5,2	3,7
Produtos alimentares	-8,0	-34,5	-0,1	19,9
Metalurgia	28,1	2,2	0,5	12,7
Celulose e papel	40,0	-7,9	-8,5	-5,1
Têxtil	8,3	-28,8	-18,9	-21,7
Transformação de produtos minerais não-metálicos	1,8	-16,3	-7,9	1,2
Outros	2,5	13,3	-0,9	-2,5

Fonte: FIEB/SDI

(1) Deflator utilizado C29-FGV

Delineado os traços gerais que nortearam a dinâmica da indústria de transformação baiana em 2003, passa-se à análise do mercado de trabalho do setor, a qual não poderia ser efetuada de modo descontextualizado.

O MERCADO DE TRABALHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA

Em que pese o modesto desempenho da indústria de transformação baiana em 2003, puxado principalmente pela queda expressiva da produção física da indústria nos dois últimos meses (julho e agosto), a geração de postos de trabalho no setor refletiu positivamente dentro do período analisado. Em um plano mais geral, a tímida performance do setor deve-se, sobretudo, ao afã do Governo Lula em angariar prestígio da comunidade financeira internacional. Para tanto, o Governo Federal

desencadeou um forte processo de ajuste fiscal (elevação do superávit primário ao patamar de 4,25% do PIB), que, se de um lado contribuiu para debelar o processo inflacionário, de outro, acabou mergulhando o país num forte processo de desaceleração da atividade econômica.

No que concerne aos oito primeiros meses de 2003, a indústria de transformação respondeu pela geração de 5.083 postos de trabalho no Estado, com especial destaque para os meses de abril e agosto, responsáveis por, respectivamente, 1.412 e 1.467 postos de trabalho da totalidade dos empregos gerados (Tabela 4).

Tabela 4
Indicador de admissão, desligamento e saldo Indústria de Transformação - Bahia, 2003

Mês de movimentação	Admitidos	Desligados	Saldo
Janeiro	3.383	2.829	554
Fevereiro	2.800	2.640	160
Março	2.989	2.863	126
Abril	4.354	2.942	1.412
Mai	3.270	2.658	612
Junho	2.939	2.581	358
Julho	3.541	3.147	394
Agosto	4.399	2.932	1.467
Total	27.675	22.592	5.083

Fonte: CAGED/MTE.

Efetuada um corte por sexo, constata-se a pouca participação feminina na mão-de-obra contratada nos oito primeiros meses do ano. De acordo com os dados fornecidos pela tabela 5, dos 5.083 empregos gerados, somente 604 (11,88%) foram preenchidos por esse estrato da força de trabalho, em que pese a atração de investimentos produtivos centrados em nichos tradicionalmente absorvedores de mão-de-obra feminina, a exemplo do setor calçadista e têxtil.

Tabela 5
Total de saldos segundo o sexo Indústria de Transformação - Bahia, 2003

Mês	Masculino	Feminino
Janeiro	437	117
Fevereiro	234	-74
Março	191	-65
Abril	1.414	-2
Mai	560	52
Junho	360	-2
Julho	278	116
Agosto	1.005	462
Total	4.479	604

Fonte: CAGED/MTE.

Ao analisarmos os empregos gerados na indústria de transformação baiana sob o prisma da faixa etária, percebe-se que o setor gerou empregos majoritariamente para a população jovem (18 a 24 anos). Por outro lado, o fechamento dos postos de trabalho destinados à população mais experiente, é visível. Dentro do período analisado, à exceção dos meses de janeiro, abril e agosto, houve uma redução do emprego formal para a população adulta e idosa (acima de 30 anos), sobretudo para aqueles inseridos na faixa etária compreendida entre 40 a 64 anos (Tabela 6).

Focando a análise no que se refere ao grau de instrução, infere-se que os postos de trabalho gerados, em sua quase totalidade, foram preenchidos por trabalhadores que possuíam até o segundo grau completo. Muito embora se perceba uma nítida melhora nos indicadores educacionais da força de trabalho contratada na indústria de transformação, sobretudo a partir do mês de julho, grosso modo, esse contingente de trabalhadores caracteriza-se como de reduzida escolaridade, conforme tabela 7.

No que toca à jornada de trabalho semanal, os postos de trabalho gerados convergem, em sua grande maioria, para o limite máximo estabelecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ou seja, 44 horas semanais. Assim, e a título ilustrativo, no mês de agosto, cerca de 98,64% dos postos de trabalho gerados possuíam uma jornada de trabalho semanal compreendida entre 41 e 44 horas de trabalho. Destaca-se ainda os meses de abril e agosto que geraram, nessa faixa de horas de trabalho, 1.400 e 1.467 empregos, respectivamente (Tabela 8).

Tabela 6
Total de saldos segundo o sexo Indústria de Transformação - Bahia, 2003

Faixa etária	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto
10 a 14 anos	0	0	1	1	1	0	-1	1
15 a 17 anos	16	-4	16	9	22	14	19	30
18 a 24 anos	521	301	271	681	529	449	541	895
25 a 29 anos	59	-36	18	262	109	47	105	331
30 a 39 anos	35	-61	-106	440	-1	-78	-43	206
40 a 49 anos	-39	-26	-35	32	-26	-50	-125	2
50 a 64 anos	-33	-13	-31	-11	-15	-19	-99	1
65 anos ou mais	-5	-1	-8	-2	-7	-5	-3	1
Total	554	160	126	1.412	612	358	394	1.467

Fonte: CAGED/MTE.

Tabela 7
Total de saldos segundo o grau de instrução - Indústria de Transformação Bahia, 2003

Grau de instrução	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto
Analfabeto	-7	-20	-31	149	16	21	-17	60
4ª série incompleta	-52	-58	-38	872	83	52	-179	-177
4ª série completa	45	-60	5	103	19	-3	-92	100
8ª série incompleta	-16	-91	-56	119	197	170	67	197
8ª série completa	257	168	47	-53	-15	-15	13	245
2º grau incompleto	55	148	63	115	108	33	178	267
2º grau completo	223	43	123	90	223	97	390	754
Superior incompleto	35	20	23	12	-6	-3	22	3
Superior completo	14	10	-10	5	-13	6	12	18
Total	554	160	126	1.412	612	358	394	1.467

Fonte: CAGED/MTE.

Tabela 8
Total de saldos segundo a faixa de horas contratuais por semana - Indústria de Transformação Bahia, 2003

Jornada de trabalho semanal	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto
Até 12 horas de trabalho semanais	0	-1	0	1	-1	-1	0	0
De 16 a 20 horas de trabalho semanais	1	0	11	3	-37	-1	1	-2
De 21 a 30 horas de trabalho semanais	5	0	-5	-6	1	-1	-5	4
De 31 a 40 horas de trabalho semanais	34	-27	-11	14	-24	-40	12	18
De 41 a 44 horas de trabalho semanais	514	188	131	1.400	673	401	386	1.447
Total	554	160	126	1.412	612	358	394	1.467

Fonte: CAGED/MTE.

Embora tenha havido um substancial aumento dos postos de trabalho gerados na indústria de transformação baiana no ano de 2003, os rendimentos mensais da classe trabalhadora ainda encontram-se aquém dos rendimentos auferidos em outras regiões do país, notadamente as regiões sul e sudeste. Corroborando tal ponto de vista, tem-se que, dos postos de trabalho gerados no setor, grande parte concentra-se na faixa entre 0,51 a 1,0 salário



Tabela 9

Total de saldos segundo a faixa de remuneração mensal - Indústria de Transformação - Bahia, 2003

Faixa de remuneração mensal	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Ate 0,5 salário mínimo	6	0	0	-2	-9	15	0	-2
De 0,51 a 1,0 salário mínimo	621	463	394	1.450	717	566	942	1.423
De 1,01 a 1,5 salário mínimo	-4	-148	-21	-48	21	-94	-370	254
De 1,51 a 2,0 salários mínimos	-135	-170	-132	164	-9	-28	-113	26
De 2,01 a 3,0 salários mínimos	98	63	-9	5	10	-4	116	-131
De 3,01 a 4,0 salários mínimos	7	-3	-19	-26	1	-16	-33	-44
De 4,01 a 5,0 salários mínimos	-28	-21	-18	-35	-18	-16	-52	-24
De 5,01 a 7,0 salários mínimos	-4	-6	-29	-45	-34	-28	-47	-2
De 7,01 a 10,0 salários mínimos	8	1	-12	-4	-37	-15	-14	-25
De 10,01 a 15,0 salários mínimos	-4	-14	-7	-17	-17	-3	-19	10
De 15,01 a 20,0 salários mínimos	-7	1	0	-12	-7	-4	-4	-6
Mais de 20 salários mínimos	-4	-6	-21	-18	-6	-15	-12	-12
Total	554	160	126	1.412	612	358	394	1.467

Fonte: CAGED/MTE.

Tabela 10

Salário mensal - Indústria de Transformação - Regiões selecionadas, 2003

Regiões selecionadas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Total
Ceará	280,07	297,36	294,91	316,89	332,40	326,23	331,39	320,00	312,40
Pernambuco	484,36	346,82	387,55	390,32	360,06	429,93	423,21	391,42	401,70
Bahia	398,29	409,20	405,95	434,82	459,09	479,76	433,63	444,24	433,12
Rio de Janeiro	584,94	586,13	595,96	604,82	576,58	598,78	645,55	621,36	601,77
São Paulo	679,05	676,07	664,39	740,13	654,31	724,22	729,80	729,08	699,73
Rio Grande do Sul	419,54	398,38	404,19	417,84	428,30	445,86	454,73	470,26	429,89
Brasil	492,93	469,44	472,95	521,82	490,15	520,70	529,30	524,72	502,75

Fonte: CAGED/MTE.

mínimo, conforme tabela 9. Registre-se o fato dos postos de trabalho de maior poder aquisitivo apresentarem, grosso modo, saldo negativo. Embora os dados disponíveis não permitam maiores inferências, suspeita-se que a expansão do emprego no setor sustenta-se, em parte, na supressão dos empregos de maiores remunerações em direção da ampliação da contratação de mão-de-obra mais barata. Tal suposição apóia-se no fato de que uma gama crescente de novos investimentos produtivos está se dirigindo para o interior do Estado (as empresas fabricantes de calçados são um dos maiores exemplos dessa tendência), onde a remuneração média da força de trabalho é bastante inferior às verificadas nos maiores centros dinâmicos, especialmente na Região Metropolitana de Salvador.

Ainda no que tange à remuneração mensal dos trabalhadores do setor analisado, percebe-se que o salário médio mensal ainda encontra-se num patamar abaixo do verificado no âmbito nacional, em que pese o aumento ocorrido no período estudado (aproximadamente 11,5% de janeiro a agosto). No acumulado do ano, os trabalhadores receberam um salário médio mensal em torno de R\$ 433,12 (o que equivale a apenas 1,8 salário

mínimo). Por outro lado, é importante pontuar que os ganhos salariais auferidos pelos trabalhadores da indústria de transformação baiana no ano permitiram a Bahia ultrapassar os estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul e se aproximar do salário médio mensal pago por estados de maior pujança econômica, a exemplo do Rio de Janeiro (Tabela 10).

CONCLUSÕES FINAIS

Traçadas as principais características da movimentação do mercado de trabalho da indústria de transformação do estado da Bahia, podemos elencar algumas observações à guisa de conclusão:

- Muito embora a indústria de transformação baiana venha registrando um modesto crescimento ao longo do ano, o mercado de trabalho proporcionou um aumento substancial dos postos de trabalho gerados, acumulando, no ano, 5.083 empregos formais. Nesse sentido, cabe destacar os meses de abril e agosto que responderam por 1.412 e 1.467 empregos gerados, respectivamente.

· O perfil dos trabalhadores empregados no setor neste período contempla, em linhas gerais, as seguintes características: mão-de-obra masculina, jovem e de pouca escolaridade.

· A despeito do aumento salarial conseguido pela classe trabalhadora no curso deste ano, a Bahia ainda encontra-se abaixo dos principais pólos dinâmicos do país no que se refere a remuneração da força de trabalho.

Notas

¹ Processo de crescimento do setor terciário (serviços e comércio) característico do desenvolvimento capitalista a partir do pós-guerra.

** Antônio de Pádua Melo Neto é Economista.
** Tiago Oliveira é Economista e bolsista
FAPES.*



Arranjos produtivos locais: conceito e experiências em discussão

As novas formas de aglomerações produtivas que proliferam na atual fase de desenvolvimento capitalista, marcada pelo processo de globalização e crescente competição internacional, têm levado os especialistas a uma reconsideração da questão regional. Se a teoria tradicional dava pouca atenção aos aspectos locais, sempre agrupando as atividades produtivas em setores, complexos industriais, empresas etc., a recente literatura vem registrando a grande influência da localidade no desenvolvimento e competitividade dessas novas formas de organizações produtivas. De acordo com Cassiolato & Lastres¹, termos como sinergia, eficiência coletiva, economias de aglomeração (*clustering*), economias e aprendizado por interação, economia associacional e sistemas locais de inovação exprimem as principais preocupações nesse debate. Segundo os autores, “(...) conceitos e enfoques tais como distritos e pólos industriais, clusters, redes e outros vêm sendo utilizados para dar conta dessa necessidade de focalizar um conjunto específico de atividades econômicas que possibilite e privilegie a análise das interações”.²

É nesse bojo que começa a ser utilizado o termo *Arranjo Produtivo Local*, que busca enfatizar o vínculo das unidades produtivas com o território, seja na relação específica de produção e distribuição, seja nas externalidades (interação com agentes públicos e privados na capacitação tecnológica, gerencial, financeira etc.). Embora esse conceito ainda não esteja completamente delineado, isso não impede a atuação dos agentes públicos e privados no fomento e estímulo a essas atividades, como nos mostram as diversas experiências no interior do país.

Com o objetivo de discutir o conceito e também as experiências nacionais e estrangeiras abordando a atuação política e institucional (a questão da governança), nos últimos dias 26 e 27 de agosto, o Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA) promoveu um *workshop* sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs). A principal preocupação do IPEA, que o levou a organizar o evento, foi perceber a menção aos APLs em vários programas do Plano Plurianual de Investimentos 2004 – 2007 do Governo Federal, ao mesmo tempo em que diversas instâncias sub-nacionais, inclusive aquela referente à atuação da nova Sudene, também vêm elaborando estratégias para a promoção de arranjos, sem que o conceito tenha sido submetido a uma discussão mais profunda. Por outro lado, existem vários arranjos sendo objeto de políticas públicas (nos níveis municipal, estadual e federal), mas de forma desarticulada, sem levar em conta objetivos estratégicos de longo prazo.

A princípio, os conceitos apresentados, tanto pelas instâncias governamentais presentes quanto pelos acadêmicos convidados, convergiram para a noção de que um APL é um aglomerado de empresas (constituído por unidades de pequeno e médio portes, com ou sem a presença de uma grande empresa), localizado em um território, com o foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que mantém vínculos de articulação entre as unidades participantes entre si e com outros atores institucionais (governo, associações, estabelecimentos de crédito etc.). Aceitar esta noção não significa, no entanto, já se ter todos os pré-requisitos para o trabalho com APLs definidos, um conjunto de questões desponta como balizadores para o aperfeiçoamento do conceito.

Segundo Jair do Amaral – diretor do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e coordenador de um grupo de trabalho voltado para identificação de APLs naquele estado –, a idéia de se estudar APLs surgiu em meio a uma crise de sobrevivência das micros e pequenas empresas no Brasil, dada a situação conjuntural do país, e do reconhecimento da importância dessas unidades produtivas. Como cenário econômico e institucional, para o reforço do trabalho com APLs, foi decisiva a percepção de que, se havia uma descentralização produtiva em curso, o planejamento e a intervenção regional necessitavam reformulações com vistas a rever seu caráter centralizador. Diante dessas considerações e, principalmente, por atrelar o conceito

de APL a aglomeração territorial de agentes econômicos, políticos e sociais, Amaral propõe que se entenda um APL como um “ser vivo” contendo um “núcleo duro” - que seria conformado pelos agentes produtivos articulados em rede com autonomia e cooperação -, o qual estaria vinculado ao mercado de insumos e de produtos e a uma atuação do político-institucional.

Também para Richard Locke, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), os arranjos estão sempre em mudança (o arranjo de hoje não existirá amanhã, exatamente no sentido da dialética pré-Socrática), posto que são construções políticas e não apenas aglomerações de firmas. Nesse sentido, os critérios para a identificação de APLs não podem se apoiar simplesmente em estatísticas (como o indicador de Quociente Locacional - QL), ainda que algum critério quantitativo possa ser utilizado como facilitador do esforço de levantamento de arranjos desconhecidos.

Locke ainda traz a preocupação com os tipos de ligações que podem se estabelecer entre os atores dos APLs, de modo a melhor qualificar os arranjos. Propõe, então, que se classifiquem as ligações como policêntricas (a exemplo da Terceira Itália), hierárquicas (características de arranjos que apresentam uma grande empresa como unidade-âncora) ou de outras formas, mas que só o estudo da realidade concreta pode determinar.

O aspecto tecnológico revela-se como um dos mais consensuais na conceituação de APLs. Como lembrou Luis Fernando Tironi, do IPEA, a idéia de arranjo nasceu ao lado do termo “inovativo”, conformando a expressão “arranjo inovativo” ou “sistema inovativo”. Naquele momento, como a inovação apresentava-se como o aspecto mais relevante para análise do que o arranjo produtivo propriamente dito, a grande maioria dos casos ficava de fora dos estudos e dos focos de políticas. Atualmente, a noção de inovação exhibe-se mais flexível, admitindo-se que conhecer a tecnologia do arranjo e contribuir para o seu aperfeiçoamento já se constitui em uma meta importante. Assim sendo, o tratamento da inovação nos arranjos não está vinculado necessariamente ao desenvolvimento da tecnologia de ponta, sendo perfeitamente possível mantê-la como um dos critérios identificadores do arranjo.

A noção de território é fundamental na conceituação do arranjo, já que é um dos principais elementos que o diferencia da noção de *cluster* (aglomerações de empresas vinculadas a uma mesma especialização produtiva) e da cadeia produtiva (que pressupõe uma integração vertical da produção). Além disso, é bom esclarecer que o território

não se reduz à sua dimensão formal (ao município). Ele tem uma dimensão econômica, social e política, relativo com a inserção dos atores envolvidos e como eles se reconhecem nesses territórios. Assim, o recorte geográfico pode ser parte de um município, um município inteiro, um conjunto de municípios, serras, vales, bacias hidrográficas etc., que mantêm vínculos entre si (ambientais, culturais, econômicos, históricos), estabelecendo uma articulação para a promoção da integração econômica e social no âmbito local. Como bem coloca o SEBRAE³: “O sentimento de pertencimento a um APL passa a ser o mecanismo central de fortalecimento da dinâmica local/regional, cuja personalidade diferenciada é reconhecida ou possa vir a ter reconhecimento dentro e fora do APL”.

Nesse sentido disposto pelo SEBRAE, a questão territorial do APL acaba por se constituir em uma peça importante, visto que a aglomeração local, uma vez “arranjada”, viabiliza que o seu raio de atuação não se limite ao espaço físico sob o qual se encontra situada. A afirmação do local pode e deve ser encarada como uma via através da qual os agentes locais se apresentam ao mundo globalizado, minimizando os efeitos negativos da integração subordinada. Como a possibilidade de uma inserção soberana nos fluxos globais depende das vantagens, vocações e mesmo oportunidades de cada arranjo, os esforços de identificação e intervenção naqueles mais débeis exibem-se como necessários ou, mesmo, fundamentais.

Ao lado da territorialidade, a especialização aparece como aspecto recorrente nas discussões sobre APLs, seja porque os arranjos são inicialmente identificados pelo seu principal produto “de exportação”, seja porque a noção de APL encontra-se assentada em uma visão economicista de que a aglomeração de atores tem como mote o processo produtivo. O importante a ser reforçado é que um arranjo não pode ser confundido com uma

Um APL é um aglomerado de empresas, localizado em um território, com o foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que mantém vínculos de articulação entre as unidades participantes entre si e com outros atores institucionais



cadeia produtiva, mas assume uma perspectiva mais horizontalizada da produção, diferentemente da perspectiva vertical da categoria de análise de cadeia produtiva. A bem da verdade, um arranjo pode se constituir em uma cadeia toda ou, como na maioria dos casos, em um segmento de uma cadeia produtiva ou, ainda, como uma articulação de segmentos de cadeias diferentes. Nesses dois últimos casos, a especialização pode ser entendida em um sentido ainda mais restrito do que o usualmente tratado: o produto do APL é diferenciado e para a sua obtenção é necessária uma combinação quase que única de processos produtivos, atores econômicos, políticos e sociais.

Uma vez destacado o produto do APL, surge de imediato o aspecto do mercado consumidor que garante a sobrevivência e expansão do arranjo. Não há APL dinâmico, bem-sucedido ou, simplesmente, exitoso, se uma atenção não for dispensada ao público alvo do produto, ainda que se considere esse público de maneira bastante elástica. Para muitos arranjos, o mercado se constitui em uma grande empresa (como nos casos de arranjos ao redor de empresas avícolas ou montadoras automobilísticas); para outros, o mercado que viabiliza o aglomerado de firmas é o próprio governo (a exemplo do Vale do Silício nos seus primeiros momentos, que teve o Ministério de Defesa dos Estados Unidos como “o comprador” dos produtos); para outros, ainda, especialmente se localizados em regiões consideradas deprimidas, o mercado consumidor pode provir do chamado “mercado solidário” (como no caso da Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais, em Picos, no Piauí, que consegue exportar suas castanhas de caju para a Europa, para atender à demanda do chamado “mercado justo”).⁴ Na maioria das situações, o mercado não está pronto à espera do produto do arranjo: o papel que lhe cabe é

identificar seu nicho de mercado ou criar seu próprio mercado.

O financiamento, a despeito de não ser o único entrave ao desenvolvimento dos APLs, continua sendo um elemento importante para fomentá-los. Para isso é preciso aperfeiçoar seus instrumentos e modalidades, superando as limitações tradicionais impostas ao crédito para as Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPME). Vargas, Cassiolato e Brito⁵ colocam três pressupostos para a criação e implementação de um produto financeiro para arranjos e sistemas de MPME. O primeiro seria a ênfase no financiamento de conjuntos articulados de MPME, em detrimento de mecanismos de apoio individuais. O segundo seria a necessidade de articulação entre os diferentes instrumentos e agentes que se encontram associados às MPME (bancos oficiais de crédito e fomento, bancos comerciais, ministérios, órgãos de regulação do sistema financeiro e demais entidades de apoio). E, por último, tem-se ainda a adequação de mecanismos e instrumentos de financiamento de acordo com diferentes formatos e estágios de desenvolvimento dos APLs. Com respeito a este aspecto, os autores sugerem quatro linhas de ação, a saber: a) capacitação e sensibilização de agentes financeiros e empreendedores, a fim de viabilizar o acesso ao crédito para MPME articuladas em arranjos e sistemas; b) criação e implementação de novos instrumentos financeiros para arranjos não estruturados; c) institucionalização de novos instrumentos financeiros para o sistema de MPME consolidado ou em consolidação; d) implementação de novos instrumentos de financiamento para a capacitação inovativa de sistemas de MPME.

Essa agregação parece interessante na medida em que permite uma melhor caracterização das necessidades de crédito das empresas pertencentes aos arranjos, facilitando a criação de instrumentos adequados por parte das instituições financeiras. Sabe-se, por exemplo, que empresas em arranjos incipientes terão mais dificuldades em oferecer garantias, sendo fundamental, nesse caso, mecanismos como o fundo de aval. Outras empresas, por seu turno, mais desenvolvidas, operando em arranjos mais estruturados, podem necessitar de um financiamento para importação de máquinas ou equipamentos objetivando sua modernização e devem, portanto, contar com linhas específicas para isso. Assim, algumas formulações estão sendo elaboradas e muitas instituições financeiras estão avançando na direção da democratização do crédito que, tradicionalmente, no Brasil, tem sido bastante concentrado. Desse modo, vale

Um arranjo não pode ser confundido com uma cadeia produtiva, mas assume uma perspectiva mais horizontalizada da produção, diferentemente da perspectiva vertical da categoria de análise de cadeia produtiva.



ressaltar que alterações importantes devem ser implementadas no atual Sistema Financeiro Nacional a fim de que seja possível se cunhar uma estratégia de desenvolvimento nacional baseada nas MPME.

Aspectos menos mencionados nas discussões conceituais, porém relevantes no tratamento empírico dos APLs, são a qualificação dos recursos humanos envolvidos, a capacitação empresarial dos agentes econômicos e a infraestrutura disponível. Para o primeiro aspecto, os contextos sócio-econômico e político-cultural são determinantes, pois possibilitam um maior desenvolvimento das pessoas e das instituições-chave do arranjo, garantindo um maior grau de articulação entre os agentes. O segundo aspecto pode ser visto como uma particularidade do primeiro, na medida em que observa apenas a questão da qualidade do agente empresarial. Exatamente por ter um foco mais delimitado, este aspecto é empiricamente mais “trabalhado”, como podem atestar os esforços de aprimorar a capacitação de empreendedores locais, via cursos específicos ou gerais. Muitas vezes, estes dois aspectos são apresentados conjuntamente, através do conceito de “capital social”.⁶ Já a infraestrutura disponível, por se tratar de uma questão menos sujeita a especulações teóricas, revela-se como um aspecto mais concorrido para a caracterização exata do arranjo. Por estas razões, a infraestrutura acaba por se tornar em um importante objeto de política de fomento voltada ao APL.

Diante dos vários requisitos que se pode incluir para uma definição de APL e, não menos importante, diante da diversidade que caracteriza a atividade econômica e mesmo a organização da sociedade brasileira, o mais frutífero, em termos de políticas públicas, é que o conceito atente mais para a questão operacional do que para a formal. Pouco adianta um conceito muito elaborado e com limites claramente identificáveis, se o seu emprego empírico apresentar-se pífio. Até porque a adoção de um conceito muito rígido pode excluir importantes aglomerações produtivas, especialmente na região Nordeste. Um conceito elástico, por sua vez, admite trabalhar com realidades distintas, como os arranjos do Sul do país (aglomerados de empresas do segmento produtivo de calçados do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, por exemplo), ao mesmo tempo em que se identificam arranjos na região do semi-árido (pequenos produtores de cachaça em Abaíra, na Bahia, a propósito).

A ausência de um conceito formal e consensual tem viabilizado diversas experiências com identificação,

caracterização e intervenção em APLs, embora se reconheça que, diante do tamanho do território brasileiro e a heterogeneidade de sua organização sócio-econômica, muito se tem ainda por conhecer. Como ressaltou Gustavo Morelli, do SEBRAE, existem diversos APLs no Brasil, em diferentes níveis de desenvolvimento, que se expandiram *apesar do e com o* apoio das políticas públicas. Sobre o trocadilho construído por Morelli, é necessário que se diga que se em muitos casos as ações governamentais não se dirigiram especificamente para algumas localidades, dificilmente também serão encontrados arranjos completamente desprovidos de qualquer apoio do setor público (considerado aqui nas suas três esferas de governo).

Um dos APLs mais citados no evento mencionado foi o de Frecheirinha⁷, situado no Ceará, que se encontra com dez anos de organização e reúne, em torno da produção de roupas íntimas, cerca de 30 empresas (entre formais e informais), gerando aproximadamente 500 empregos diretos. Apesar de ser considerado um arranjo em ascensão, vários são os problemas identificados para o seu desenvolvimento sustentado. Entre eles, sobressai a necessidade de maior capacitação dos produtores locais (com vistas a melhorar as noções de precificação, custos, qualidade, design e gestão), o que não prescindirá de uma intervenção articulada de diferentes organismos como SEBRAE, IEL e outros.

O exemplo de Frecheirinha (ou de qualquer outro APL que venha a ser analisado) permite observar que um esforço conseqüente de intervenção exige uma articulação de diferentes instituições governamentais e não-governamentais para evitar a superposição ou dispersão das ações. Agindo nessa direção, o governo do Estado criou a Rede Baiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, agregando várias secretarias de estado (SECTI, SEPLAN, SICM, SEAGRI) à Agência de Fomento do Estado da Bahia - DESENBAHIA, ao SEBRAE, ao Instituto Euvaldo Lodi - IEL Regional Bahia (integrante do Sistema FIEB) e ao Centro Internacional de Negócios da Bahia - PROMO, com o objetivo de, inicialmente, realizar um mapeamento dos APLs no estado da Bahia e, posteriormente, atuar com políticas públicas articuladas nos arranjos selecionados. A proposta inovadora que a Rede Baiana apresenta é a de que, se tem de se intervir em arranjos, que se faça de maneira coordenada, posto que eles congregam diferentes aspectos como visto acima, e uma desarticulação no processo de intervenção conduz não só a desperdícios de esforços e recursos, mas, principalmente, ao insucesso da empreitada.



Colocadas essas questões iniciais, espera-se que o debate e, especialmente, os trabalhos com APLs estejam apenas começando. Em particular na Bahia, onde a renda e a organização formal da produção se concentram nas faixas litorâneas e nos extremos oeste e norte do território, a identificação, a intervenção conseqüente e, assim, o fomento de arranjos produtivos localizados nas áreas menos dinâmicas constituem-se em uma estratégia promissora para uma maior inclusão sócio-econômica. No semi-árido, de forma ainda mais particularizada, face à sua extensão e heterogeneidade, os subespaços precisam ser investigados com vistas à construção de políticas focadas e diferenciadas de acordo com as necessidades de cada localidade. Sob esse prisma, a ação pública a partir da categoria “arranjos produtivos” constitui-se em uma proposta com fortes chances de sucesso.

Notas

¹ CASSIOLATO, J, LASTRES, H. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ (mimeo), s.d.

² Idem, p.7.

³ SEBRAE. Termo de referência para atuação do SEBRAE em arranjos produtivos locais (Revisão 1). Jun. 2003. (mimeo).

⁴ Sobre essa experiência, ver BIANCHI, Tito. Development discontinuities leaders and intermediaries in producer's associations. Finlândia: UNU/WIDER, out. 1999. (Working Papers n. 166).

⁵ VARGAS, A., CASSIOLATO, J, BRITO, J. Instrumentos financeiros para a promoção de sistemas de MPME. Rio de Janeiro: UFRJ-redesist, out. 2001.

⁶ Abramovay (apud SEBRAE, 2003) enfatiza a noção de capital social como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas. Uma discussão mais profunda sobre “capital social” pode ser encontrada nos escritos de Robert Putnan e James Coleman.

⁷ Informações retiradas de material fornecido pelo IPECE – CE, também disponível no site www.ipece.ce.gov.br

** Adelaide Motta de Lima é Coordenadora de Políticas Industriais da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia e Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Universidade do Salvador. E-mail: alima@seplan.ba.gov.br*

*** Vitor Lopes é Gerente de Estudos e Assessoria da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia e Professor da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Católica do Salvador. E-mail: Vlopes@desenbahia.ba.gov.br*



Educação superior e o mercado de trabalho: o estado da Bahia na década de 90

EDUARDO WANDERLEY GARCEZ*

A educação superior no Brasil obteve desempenhos significativos ao longo da década de 90, com taxas crescentes de matrículas, número de alunos ingressos, vagas ofertadas, facilidades de acesso à universidade privada e melhoria dos indicadores de qualificação. A expansão do sistema educacional tornou-se presença marcante em todas as unidades da federação, inclusive nas regiões mais carentes, como nos estados do norte e do nordeste. Nos anos 90, o mercado de trabalho também sofreu mudanças estruturais, com alterações nos níveis de emprego, tipo de ocupação, nível de rendimento etc. O cenário atual revela que existe uma relação de desequilíbrio intensa entre o mundo do trabalho e do ensino na Bahia, sinalizado pelo excedente de mão-de-obra de nível superior no Estado. O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da análise do sistema educacional de ensino no sentido de aprofundar os estudos sobre o mercado de trabalho.

O aumento do número de alunos nas instituições de ensino superior se deve, em parte, pelo aumento da demanda de jovens saídos do ensino médio e pela procura dos adultos de uma melhor qualificação no mercado de trabalho. Entre 1996 e 2002, o número de matrículas no ensino médio aumentou em 52%, totalizando 8,7 milhões de alunos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2003). Grande parte dos alunos concluintes do ensino médio ingressa nas instituições de ensino superior privada, visto que o setor público não consegue acompanhar o crescimento da demanda desses concluintes.

Com o advento do programa de Progressão Continuada¹, em meados da década de 90, o sistema de ensino médio

e fundamental no Brasil aumentou ainda mais a pressão da demanda dos estudantes de nível médio, oriunda de escolas públicas ou privadas. Entre as causas da deficiência do setor público para atender essa demanda por vagas, podemos destacar a falta de investimento do governo e a falta de infra-estrutura das instituições públicas de criar novos cursos, carecendo, para isso, de recursos físicos e humanos para o ensino.

A presença de cursos sequenciais e de extensão, a redução da duração dos cursos de graduação e a tendência à redução do currículo mínimo demonstram a preocupação das escolas particulares no aspecto econômico da educação. Muitas instituições de ensino superior têm origem em instituições controladoras de colégios de nível médio, que enxergam um novo nicho de mercado na área da educação superior. A Progressão Continuada nas escolas particulares assegura, do ponto de vista pedagógico, os “estudantes-clientes” nas suas unidades de ensino superior.

A lógica natural da expansão acentuada das instituições privadas é a absorção de estudantes que se originam dos estratos de renda mais altos da sociedade, apesar do crédito estudantil e de bolsas que possibilitam aos alunos de origem social menos privilegiada o ingresso na universidade. As instituições públicas de ensino, por sua vez, agrupam os estudantes de todas as faixas de renda; no entanto, a dependência do caminho da educação fundamental e média, capacita, geralmente, os estudantes provenientes da rede particular de ensino ao ingresso no sistema público. No Brasil, apenas 34% dos estudantes entram nas escolas públicas, enquanto que 66% ingressam no ensino superior privado. Nos Estados Unidos, 72,4% dos estudantes frequentam universidade pública, elevando-se para 92,8% na França e 99,9% no Reino Unido (BOSI, 2000).

A hipótese da absorção dos estudantes pelas instituições de ensino superior é confirmada por recente estudo sobre o perfil dos estudantes nas universidades públicas e privadas, no qual o senso comum de que os pobres vão para as instituições particulares (em grande parte devido à dificuldade de acesso nas públicas) e os ricos vão para as públicas, pode estar equivocado. O elitismo é maior



na rede privada do que na pública, onde a renda média mensal familiar dos estudantes nas instituições de ensino superior privada é aproximadamente 25% superior àquelas dos estudantes da rede pública. Em ambos os sistemas de ensino, público e privado, o perfil do estudante pode ser considerado elitista, pois os 50% mais pobres representam apenas 5,5% do total de universitários nas particulares, enquanto na rede pública essa porcentagem é de 11,7%. Uma característica interessante é a tendência atual dos estudantes de maior renda escolherem as universidades privadas por receio de greves, falta de professores ou instalações físicas deficitárias do sistema público de ensino superior (UNIVERSIDADE, 2003).

As famílias com menor poder aquisitivo que não podem pagar os custos da educação acabam sendo as mais prejudicadas quando o investimento, a formação do familiar, não exibe retorno no término do curso, ou seja, a ocupação de um posto de trabalho. O atual programa de crédito educativo do governo não visa à equidade social, seja devido aos requisitos da concessão do crédito, seja pelas exigências do pagamento do “empréstimo” concedido. Verifica-se, no ensino superior, que muitas faculdades e universidades particulares já possuem sua própria linha de crédito, concedendo empréstimo para aquele estudante que assim o necessita ou que não foi admitido no programa de crédito educativo do governo.

Algo que merece atenção são os indicadores de qualidade das instituições, implicando futuramente a qualificação do profissional a ser formado. Observa-se que as instituições de ensino do setor privado estão se enquadrando cada vez mais nas normas e exigências do Ministério da Educação, seja através do tradicional Exame Nacional de Cursos (Provão), que mensura o conceito dos cursos de graduação, ou demais indicadores internos de produtividade e eficiência. No entanto, mesmo que as instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, se tornem “centros de excelências”, qualificando o

profissional na sua formação, se não houver um mercado de trabalho favorável que absorva tal capacitação, continuará a persistir o problema do desemprego e subemprego.

Outro aspecto a considerar é que os indicadores de qualidade para o sistema de ensino fundamental sinalizam um quadro preocupante. O SAEB - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico revela que os alunos brasileiros aprendem menos do que deveriam e que a nota média baixou em todas as séries e provas aplicadas entre 1995 e 2001 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2003). O Programa Internacional OCDE para Avaliação do Estudante (PISA) revela o que o SAEB já sinalizava: os estudantes brasileiros estão com fraco desempenho escolar, com dificuldade em usar a leitura como uma ferramenta para avançar e estender seus conhecimentos e habilidades em outras áreas. O relatório do PISA sinaliza alto índice de repetência na América Latina. No Brasil, por exemplo, cerca de 25% dos estudantes da escola primária e 15% da secundária repetiram a série durante o ano da pesquisa, em 1999 (UNESCO, 2003). O baixo rendimento dos estudantes no ensino médio, por sua vez, irá afetar o desempenho

Tabela 1
Panorama do ensino superior no estado da Bahia, 2001

Características	Total	Categoria Administrativa					
		Federal	%	Estadual	%	Privada	%
Estatísticas Básicas							
Instituições	63	2	3,2%	4	6,3%	57	90,5%
Cursos	410	63	15,4%	167	40,7%	180	43,9%
Matrículas	100.067	19.489	19,5%	30.743	30,7%	49.835	49,8%
Concluintes	11.036	2.429	22,0%	4.733	42,9%	3.874	35,1%
Vestibular							
Vagas Oferecidas	40.219	3.955	9,8%	7.035	17,5%	29.229	72,7%
Inscrições	224.133	48.618	21,7%	100.280	44,7%	75.235	33,6%
Ingressos	35.104	3.922	11,2%	7.020	20,0%	24.162	68,8%
Indicadores							
Matrículas (percentual)	%		%		%		%
Turno Noturno	39,0		4,5		38,6		52,7
Sexo Feminino	56,3		49,3		64,0		54,2
Básicos/Programas Gerais							
Educação	27,2		9,3		62,3		12,6
Ciências Sociais, Negócios e Direito	40,9		26,4		19,1		59,9
Outros ¹	31,9		64,3		18,6		27,5-
Relação Alunos/Docente em Exercício	12,1		9,5		11,5		14,2
Vestibular							
Relação Inscrições/Vaga	5,6		12,3		14,3		2,6

Fonte: MEC/INEP

Nota: (1) Humanidades e Artes; Ciências, Matemática e Computação; Engenharia, Produção e Construção; Agricultura e Veterinária; Saúde e Bem Estar Social; Serviços. Obs: Os dados de concluintes referem-se ao ano de 2000.



dos estudantes no vestibular e na realização do exame nacional do ensino médio, além de prejudicar sua qualificação para o ingresso no mercado de trabalho antes mesmo do seu ingresso no ensino superior.

A DIMENSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA

A expansão do ensino superior brasileiro desde os anos 60 possibilitou uma mudança qualitativa e não apenas quantitativa nas estatísticas de ensino, com maior quantidade de pessoas do sexo feminino, de pessoas mais pobres e de adultos maduros nas instituições (SCHWARTZMAN, 1998). O ensino superior na Bahia demonstra em parte essa mudança qualitativa, com grande número de mulheres no corpo discente, além de matrículas no turno noturno. Tais características sinalizam a presença das instituições de ensino superior privada (Tabela 1).

O *boom* do ensino superior na década de 90 no estado da Bahia se deve, sobretudo, ao crescimento do número de instituições de ensino privado, influenciado em parte pelo incremento do número de alunos concluintes do ensino médio e pelas políticas de incentivo a universalização do ensino (ALMEIDA, 2002). Segundo Almeida (apud), o crescimento dos ensinos médio e superior na Bahia nas próximas décadas está associado à hipótese de uma demanda crescente por maior instrução, que se revela impulsionada mais pela demanda de adultos maduros do que pelos jovens.

No entanto, esta hipótese pode ser atenuada, ao presumir que uma pressão da demanda nos níveis de ensino fundamental e médio (por iniciativa pública ou privada) associada às forças de

mercado do ensino superior privado absorva uma quantidade cada vez maior de jovens.

O estudo de Schwartzman (2002) revelou algumas características do ensino superior privado brasileiro: especialização do setor de ensino privado em determinadas áreas de formação, com metade dos alunos nas chamadas “profissões sociais”; heterogeneidade na concentração de alunos por instituições, poucas com muitos alunos e muitas com poucos; preço da anuidade elevado para os cursos de maior procura etc.

Os dados da Tabela 1 representam a situação recente do ensino superior na Bahia, destacando-se o posicionamento das instituições de ensino superior pri-

Tabela 2
Evolução do ensino superior no estado da Bahia, 1981-2000

Estatísticas	1981	1994	1999	2000	81-94 %	94-99 %	94-00 %
Matrículas Graduação							
Total	38.165	53.536	73.785	100.067	40,3%	37,8%	86,9%
Pública	18.414	34.266	43.846	50.232	86,1%	28,0%	46,6%
Privada	19.751	19.270	29.939	49.835	-2,4%	55,4%	158,6%
Inscritos vestibular							
Total	84.000	87.412	174.447	224.133	4,1%	99,6%	156,4%
Pública	38.792	60.545	127.641	148.898	56,1%	110,8%	145,9%
Privada	45.208	26.867	46.806	75.235	-40,6%	74,2%	180,0%
Vagas vestibular							
Total	10.210	13.201	27.423	40.219	29,3%	107,7%	204,7%
Pública	5.425	7.695	14.100	10.990	41,8%	83,2%	42,8%
Privada	4.785	5.506	13.323	29.229	15,1%	142,0%	430,9%
Ingressos vestibular							
Total	9.851	12.017	25.371	35.104	22,0%	111,1%	192,1%
Pública	5.253	6.767	13.886	10.942	28,8%	105,2%	61,7%
Privada	4.598	5.250	11.485	24.162	14,2%	118,8%	360,2%
Concluintes ano anterior							
Total	6.498	6.038	8.920	11.036	-7,1%	47,7%	82,8%
Pública	4.273	3.244	4.860	7.162	-24,1%	49,8%	120,8%
Privada	2.225	2.794	4.060	3.874	25,6%	45,3%	38,7%
Inscritos/Vagas (n°)							
Total	8,2	6,6	6,4	5,5	-19,5%	-3,0%	-16,7%
Estadual	6,6	7,7	8,3	14	16,7%	7,8%	81,8%
Federal	7,5	8,1	11,2	12,3	8,0%	38,3%	51,9%
Privada	9,4	4,9	3,5	2,6	-47,9%	-28,6%	-46,9%
Ingressos/Inscritos (%)							
Total	11,7%	13,7%	14,5%	15,7%			
Estadual	15,6%	12,7%	11,9%	-			
Federal	12,8%	9,7%	8,8%	-			
Privada	10,2%	19,5%	24,5%	32,1%			
Concluintes/Ingressos							
Período	C90/I86		C97/I93		C98/I94		C00/I96
Total	54,5%		67,5%		74,2%		86,6%
Estadual	36,9%		86,2%		62,9%		105,1%
Federal	51,8%		60,8%		83,3%		
Privada	64,4%		62,1%		77,3%		65,3%

Fonte: MEC/INEP



vada na evolução dos indicadores da educação. A relação entre inscrito/ingresso para os cursos de graduação revela que muitos desejam frequentar as instituições públicas, no entanto, devido ao reduzido número de vagas, acabam por cursar nas instituições privadas.

Tabela 3
Taxas de desempregados por tipo, segundo Sexo - RMS (%)

Tipo de desemprego	1987/1988			1997/2002		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Aberto	7,4	10,9	8,9	12,3	17,6	14,8
Oculto:						
Por Trab. Precário	5,2	2,7	4,1	9,2	5,6	7,5
Por Desalento	1,4	4,5	2,7	2,1	4,8	3,4
Total	14,0	18,1	15,7	23,6	28,0	25,7

Fonte: PED/RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Tabela 4
Taxas de desempregados por tipo, segundo Idade - RMS (%)

Tipo de desemprego	1987/1988						1997/2002					
	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e +	Total	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e +	Total
Aberto	10,8	17,4	15,7	6,4	3,0	8,9	26,6	32,0	25,0	11,7	7,0	14,8
Oculto:												
Por Trab. Precário	5,5	5,1	5,3	4,0	2,5	4,1	6,3	9,0	9,1	7,9	5,4	7,5
Por Desalento	3,3	5,8	3,9	2,3	1,2	2,7	5,2	8,4	5,0	2,7	1,9	3,4
Total	19,6	28,3	24,9	12,7	6,7	15,7	38,1	49,4	39,1	22,3	14,3	25,7

Fonte: PED/RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Uma análise mais detalhada sobre o ensino superior na Bahia pode ser obtida pela Tabela 2, onde se verifica um crescimento intenso do número de matrículas, número de vagas ofertadas (em consequência da respectiva elevação do número de cursos), número de concluintes, dentre outros.

Observa-se que em 1998 houve uma relação de concluintes/ingressos na rede privada de 77,3%, fluindo, por sua vez, na relação total no sistema de ensino superior. Mas no ano de 2000, esta relação reduz-se significativamente, sinalizando uma possível evasão dos alunos das instituições de ensino privado no estado da Bahia. Estima-se que aproximadamente 11 mil jovens concluíram seu curso de graduação no ano de 2000, mantendo a hipótese de conclusão do curso de graduação em cinco anos.

Sem levar em consideração a incompatibilidade da população ocupada e o nível de escolaridade, identifica-se, por meio da evolução do número de empregos e dos postos de trabalho de qualificação superior, o hiato cada vez mais crescente entre a quantidade de mão-de-obra de nível superior gerada pelas instituições de ensino superior e, em contrapartida, a escassez da oferta de trabalho.

De maneira a subsidiar essa análise, utiliza-se a taxa de desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED - RMS) por estrato de escolaridade, sexo e idade. A elevação do número de concluintes do ensino superior, com destaque para o aumento do número de mulheres e a redução da idade do jovem recém-formado, deverá, de alguma forma, sinalizar uma maior taxa de desemprego nessas categorias.

Na Tabela 3 verifica-se que houve uma evolução da taxa de desemprego² total das mulheres, o que sugere uma maior dificuldade das mulheres na inserção no mercado de trabalho. No período 1997/2002 atingiu o percentual de 39,1% entre os jovens de idade entre 18 e 24 anos, o que revela uma situação de total desocupação ou ocupação

Tabela 5
Taxas de desempregado por tipo, segundo Escolaridade - RMS (%)

Escolaridade	Tipo de Desemprego							
	1987/1988				1997/2002			
	Aberto	Precário	Desalento	Total	Aberto	Precário	Desalento	Total
Analfabeto e s/escola	4,3	4,5	1,3	10,1	10,0	9,6	2,5	22,1
1º Incompleto	9,2	5,2	2,9	17,3	15,6	10,6	3,8	30,0
1º Completo e 2º Incompleto	12,2	3,6	3,8	19,6	19,6	8,5	4,7	32,8
2º Completo e 3º Incompleto	9,0	2,1	2,4	13,5	14,2	4,6	2,8	21,6
3º Completo	2,1	0,8	0,7	3,6	4,8	1,3	0,9	7,0
Total	8,9	4,1	2,7	15,7	14,8	7,5	3,4	25,7

Fonte: PED/RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

irregular entre uma faixa etária que compreende jovens que estão em busca do primeiro emprego (Tabela 4).

No período 1997/2002, elevou-se a taxa de desemprego aberto entre os que possuem um maior nível de escolaridade, atingindo 4,8%, com um crescimento relativo, em relação ao período 1987/1988, de aproximadamente 128%. Este cenário retrata que uma maior escolaridade não significa condição suficiente para o ingresso no mercado de trabalho (Tabela 5). O quadro do desemprego pode, portanto, se agravar com o “inchaço” da mão-de-obra qualificada de nível superior e de nível médio associado à estagnação ou ao baixo crescimento na criação de empregos.

Os dados do Ministério do Trabalho (MTE/RAIS) foram obtidos para revelar a capacidade deficitária de geração de novos postos de trabalho, sobretudo de nível superior, no final da década de 90.

O ENSINO SUPERIOR PELA ÓTICA DA OCUPAÇÃO

Em 2000, os setores de serviços e administração pública abrangiam 63% do pessoal ocupado no estado da Bahia (MTE/RAIS). Esses setores concentram os postos de trabalho ocupados com nível superior, com 87% do total dos empregos formais para o grau de instrução superior completo. Observa-se na Tabela 6 que a participação dos postos de trabalho ocupados por pessoas que possuem o nível superior completo é, em média, 10% do total das ocupações.

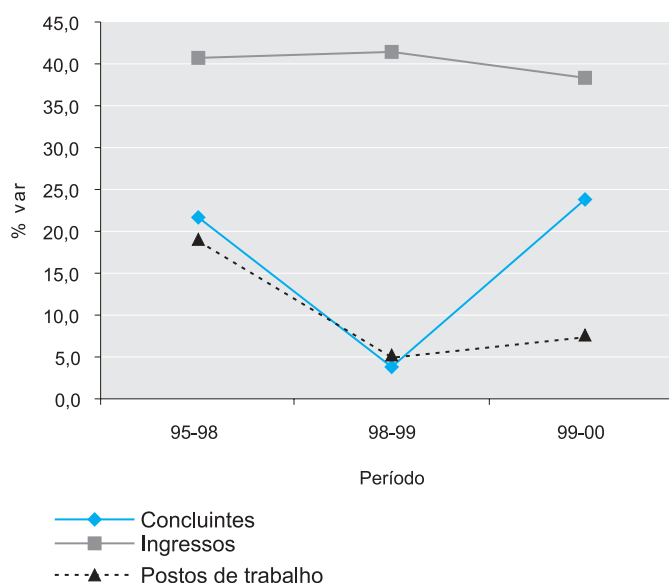
Tabela 6
Número de pessoas ocupadas por grau de instrução na Bahia, 1995-2000

Grau de instrução	Anos			
	1995	1998	1999	2000
Analfabeto	51.478	41.894	37.169	35.200
4ª Série Incompleta	127.333	123.060	118.687	119.251
4ª Série Completa	96.729	93.669	94.311	93.491
8ª Série Incompleta	100.693	116.319	121.704	128.404
8ª Série Completa	103.937	132.266	136.821	148.052
2º Grau Incompleto	70.075	70.098	79.413	87.467
2º Grau Completo	272.729	356.713	389.100	421.644
Superior Incompleto	23.386	21.100	21.369	25.590
Superior Completo	87.743	104.399	109.929	118.244
Ignorado	17.335	2.816	102	0
(%) Superior Completo/ Total	9,2	9,8	9,9	10,0
Total	951.438	1.062.334	1.108.605	1.177.343

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS, vários anos,

Nota-se, também, nos últimos anos, uma expansão do número de diplomados bastante superior ao número de postos de trabalho de nível superior gerados (ver Gráfico 1). Com uma taxa de crescimento do número de ingressos elevada, quanto maior for o déficit de postos de trabalho, mantendo-se a proporção do número de ingressos/concluintes, maior será o hiato entre a procura por trabalho e a oferta de mão de obra.

Gráfico 1
Taxas de crescimento do ensino superior e dos postos de trabalho na Bahia, 1995-2000



Fonte: MTE/RAIS, vários anos. MEC/INEP, vários anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas configurações no mercado de trabalho exigem cada vez mais profissionais especializados para o preenchimento das vagas de emprego. O senso comum de outrora, que a obtenção de um nível superior seria condição suficiente para um emprego, não existe mais. Conclusão: não se verifica a conexão entre o crescimento dos postos de trabalho para diplomados para o número cada vez maior de graduados no ensino superior. O ideal é que o ensino precedesse o trabalho e as pessoas ocupassem os postos correspondentes à sua formação, mas a realidade é que os diplomados, quando encontram trabalho, se submetem, geralmente, a salários inferiores à sua categoria profissional ou ocupam postos de nível médio.

A “nívelação por baixo” dos diplomados acaba pressionando, para cima, as taxas de desemprego da população do estado da Bahia que, em sua maioria, é



composta por pessoas sem o nível superior. A máxima de que o mercado de trabalho “puxa” o ensino superior não se verifica na prática, sendo mais razoável supor que um determinado mercado requisite profissionais de nível superior do que a existência de uma demanda de diplomados crie sua própria oferta de empregos. Se isso fosse verdade, a cada ano, 11 mil postos de trabalho de nível superior seriam criados na Bahia. Entretanto, o que se observa é a saturação da mão-de-obra de nível superior no mercado de trabalho.

Referências

ALMEIDA, P. H. A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n.3, p.143-157, dez. 2002.

BOSI, Alfredo. A importância da universidade pública. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 165, p. 42-48. out. 2000.

UNIVERSIDADE privada concentra estudante mais rico. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 8 de set. 2003. Folha Cotidiano. p.1.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 17 de set. 2003.

SCHARTZMAN, J.; SCHWARTZMAN, S. *O ensino superior privado como setor econômico*. Trabalho realizado por solicitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 2002.

UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/noticias/releases/estudos_desigualdades.asp>. Acesso em: 17 de set. 2003.

Notas

¹ O sistema de “progressão continuada” é assim denominado por referir-se à organização do ensino, no caso do ensino fundamental, em dois ciclos e não mais em séries anuais, prevendo-se a continuidade dos estudos, sem reprovação do aluno, a não ser em caso de excesso de faltas, no decorrer de cada ciclo. progressão continuada baseia-se nestas considerações. A progressão continuada foi prevista na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96, artigo 32, parágrafo segundo) e normatizado pela Deliberação 9/97 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

² O desemprego total refere-se ao conjunto de pessoas que se encontram na situação de desemprego aberto, oculto pelo desalento ou oculto pelo trabalho precário. O desemprego aberto, por sua vez, engloba as pessoas de 10 ou mais anos que não estão alocadas no mercado de trabalho e apresentaram, efetivamente, procura de emprego ou trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista. O desemprego oculto por desalento refere-se às pessoas de 10 anos ou mais, sem trabalho e com disposição e disponibilidade para trabalhar. O desemprego oculto pelo trabalho precário envolve indivíduos de 10 anos ou mais que, simultaneamente à procura de um posto de trabalho, realizam trabalhos remunerados descontínuos e irregulares ou trabalhos não-remunerados na ajuda a negócios de parentes.

*** Eduardo Wanderley Garcez é
Mestrando em Economia pela
Faculdade de Ciências
Econômica da UFBA e bolsista
FAPES.
eduardogarcez@sei.ba.gov.br**



INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

EIXO METROPOLITANO ABSORVERÁ 52% DOS PROJETOS INDUSTRIAIS

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R\$ 18,3 bilhões que agregam 427 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 60,3% corresponde a instalação de novas unidades industriais, agregando um volume superior a R\$ 11 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume ultrapassa R\$ 7 bilhões, representando 38,8% do total. Esses investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Esses empreendimentos deverão gerar mais de 70 mil postos de trabalho, depois de iniciadas as operações das unidades industriais. Destacam-se os complexos Calçados/Têxtil/Confecções e Agroalimentar que absorverão, respectivamente, 24% e 18,7% do total dos empregos diretos previstos.

Do total dos investimentos quanto à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, grande parte concentra-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregando 86% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 15,7 bilhões. Esses eixos agregam 253 projetos de investimentos, o que representa 59% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 2,6 bilhões, representando 14% do total.

Ao analisar esses investimentos quanto ao complexo de atividade econômica verificou-se que 54% encontram-se

alocados nos complexos Madeireiro (32%), Químico-petroquímico (22%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 9,8 bilhões. Esses complexos agregam 90 projetos de empresas de médio e grande porte que representam 21% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 8,5 bilhões. A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Moinho Dias Branco, Via Uno, Henrich & Cia, Dal Ponte, Paquetá Calçados, Npap Alimentos, Ferhimika Petroquímica, Manufatura Viviane, CCC – Companhia de Carbonos Coloidais, Fiasul NE S/A, Fillattice.



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 - 2007

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Agroalimentar	822.748	50
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.348.859	27
Calçados/Têxtil/Confecções	1.137.052	41
Complexo Madeireiro	8.014.683	14
Eletroeletrônico	556.864	43
Metal-Mecânico	1.044.250	53
Químico-petroquímico	3.462.878	50
Transformação Petroquímica	711.775	48
Outros	127.292	5
TOTAL	19.226.401	331

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/03.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 - 2007

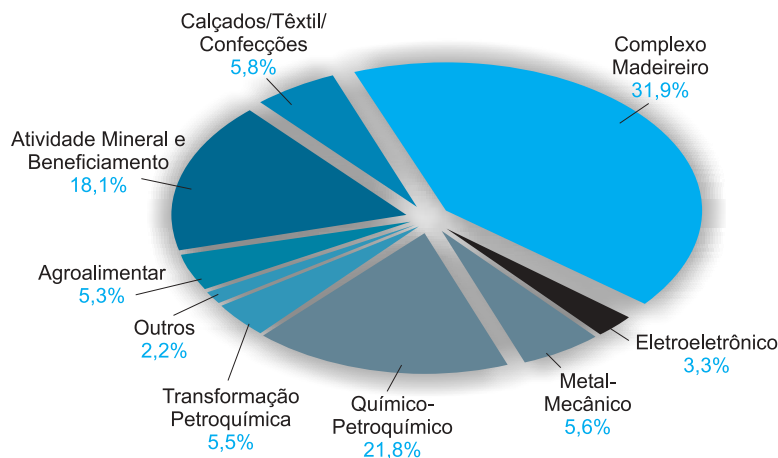
EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Baixo Médio São Francisco	172.165	10
Chapada Norte	51.557	8
Chapada Sul	2.135	2
Extremo Sul	7.910.839	11
Grande Recôncavo	684.344	44
Mata Atlântica	568.887	37
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	8.589.143	171
Nordeste	21.130	4
Oeste do São Francisco	682.880	16
Planalto Central	151.240	3
Planalto Sudoeste	119.458	11
A Definir	241.123	12
TOTAL	19.226.401	331

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/2003.

Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
 Elaboração: GEAC/SEI

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

PETROBRAS INVESTE EM UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DA GÁS NATURAL

Com o mercado crescendo 8% ao dia a Petrobras está construindo uma nova unidade de beneficiamento, a terceira do estado, com previsão de inauguração em outubro de 2004, investimento de R\$ 110 milhões, que pretende aumentar a capacidade do Estado em 52%.

A nova UPGN está sendo construída em parceria com a empresa canadense TDE, utilizando uma tecnologia inédita na Bahia conhecida como turbo expansão. O complexo está em fase de montagem industrial. A Bahia processa hoje 4,8 milhões de metros cúbicos por dia e quer chegar aos 7,3 milhões.

De acordo com o gerente do Ativo de Processamento e Movimentação de Gás, Cezar Henz, enquanto a demanda pelo gás natural em 1994 era de 2,8 milhões de metros cúbicos por dia, em 2003 são vendidos 5,4 milhões de metros cúbicos/ dia, o equivalente a 30 mil barris de óleo/dia ou R\$ 1 milhão.

Atualmente existem 1.500 poços ativos de gás natural na Bahia, todos no Recôncavo. O grande produtor é o campo de Miranga, na divisa de Itanagra e Pojuca, responsável por 50% da produção de gás do estado. A primeira unidade de processamento de gás natural do Brasil é em Pojuca. Opera há 41 anos. É a UPGN de Catu, que processa 1,9 milhão de metros cúbicos por dia.

Em Catu, o mais novo investimento. A Tarde, 3/10/2003.

W. BARRETO INVESTE EM SHOPPING NA CIDADE DE CAMAÇARI

A população de Camaçari, na região metropolitana de Salvador, já dispõe de um shopping center de médio porte, com duas salas de cinema, 64 lojas, praça de alimentação com quatro boxes e 108 salas de escritórios e consultórios. O Shopping Camaçari Open Center já foi inaugurado e, segundo o síndico e lojista Reinaldo Freitas Araújo, deverá se transformar num novo point do município, com shows ao vivo e espaço para a realização de eventos. O investimento total do empreendimento foi calculado em R\$5,5 milhões.

O shopping foi construído pela Construtora W. Barreto e vendido aos lojistas e profissionais liberais. "Todas as unidades são próprias", frisou Reinaldo Araújo, garantindo que todas as lojas e boxes já foram vendidos, restando apenas algumas salas disponíveis. O prédio, de quatro pavimentos, com elevador, tem atrativos visuais como espelho d'água e jardim na praça de alimentação.

Apesar de não contar com nenhuma loja âncora, os lojistas que investiram no Camaçari Open Center estão acreditando no potencial de atração de público dos dois cinemas, do mix de lojas, do parque infantil e da praça de alimentação (um dos boxes é da rede de fast food Bob's). Além, claro, da tendência cada vez mais forte do consumidor optar por fazer suas compras em centros comerciais.

Open Center tem investimento de R\$5,5 milhões. Correio da Bahia, 24/10/2003.



AGÊNCIA DE INTERCÂMBIO ABRE FILIAL EM SALVADOR

Há 15 anos no mercado e atuando em mais de dez países, entre eles o Brasil, a Flag Internacional (Foreign Links Around the Globe), empresa americana de programa de intercâmbio, inaugurou um escritório em Salvador. A filial baiana é a segunda unidade da organização, que durante todo este tempo contava com uma única central de negócios, em Michigan, nos Estados Unidos. A Flag, que fatura US\$500 mil anualmente, investiu cerca de R\$60 mil em sua operação na Bahia. O escritório baiano passa a ser a base para a venda dos pacotes de programas de intercâmbio da empresa comercializados em todo o Brasil e nos países sul-americanos.

Atualmente, a Flag opera, além do Brasil, na Alemanha, França, Espanha, Reino Unido, Bolívia, Colômbia, Rússia, Cazaquistão, Azerbaijão e Coreia, levando

estudantes destes países para os Estados Unidos. Entre cem e 125 jovens, com idade de 15 a 18 anos, participam anualmente do programa de intercâmbio da companhia, e permanecem lá pelo período de um ano. Do total de vagas, entre 40% e 50% são reservadas para o Brasil e destas, cerca de dois terços (mais de 60%) são direcionados para estudantes baianos.

O diretor executivo diz ainda que a Flag é a única empresa de programa de intercâmbio no Brasil certificada pelo Council on Standards for International Educational Travel (CSIET), órgão paragovernamental que, juntamente com o Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos, regulamenta e fiscaliza há 20 anos a indústria de intercâmbio nos EUA.

Flag abre escritório na capital baiana. Correio da Bahia, 24/10/2003.

INDICADORES

EXPORTAÇÃO DE CARROS MUDA BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO

Carros made in Bahia são o mais novo destaque da pauta de exportações do estado, que fechou o primeiro semestre deste ano com um saldo positivo de US\$ 644 milhões na sua balança comercial, fruto de exportações de US\$ 1,6 bilhão e importações de US\$ 956 milhões. Resultado bastante expressivo, se comparado ao saldo de US\$ 28,3 milhões registrado no mesmo período de 2002, e o melhor desde 1991, quando o desempenho foi positivo em US\$ 474,6 milhões.

Boa parte desse sucesso - que faz com que a Bahia já responda hoje por 54,7% de todas as exportações do Nordeste - deve-se ao incremento gerado pelas vendas para diversos países da América Latina do novo Fiesta e do EcoSport, produzidos pela Ford de Camaçari.

De janeiro a agosto deste ano, as exportações desses itens, produzidos no Complexo Industrial Ford Nordeste, totalizaram US\$ 218,33 milhões, tendo como principal destino o México, que importou o equivalente a US\$ 115 milhões.

O segmento automóveis, aliás, foi o item da pauta de exportações baiana que apresentou a maior taxa de crescimento de janeiro a agosto deste ano, com uma variação positiva de 710,07%, seguido por cacau e derivados (102,22%), derivados de petróleo (95,78%), sisal e derivados (47,77%) e frutas e suas preparações (47,24%). Os principais produtos exportados pela Bahia no período foram, pela ordem, químicos e petroquímicos (24,83%), derivados de petróleo (23,2%), automóveis (10,55%), papel e celulose (8,16%) e cacau e derivados (6,99%).

Exportação de carros muda balança comercial do estado. Diário Oficial, 13/10/2003.



AÇÃO GOVERNAMENTAL

BAHIA TEM 5º MAIOR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PAÍS

O orçamento da Bahia para 2004 é o quinto maior do país, ficando abaixo apenas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A proposta orçamentária baiana para o próximo ano perfaz um valor global de R\$ 14,4 bilhões, o que representa um incremento de 26,1% em relação ao orçamento aprovado para o exercício de 2003. Os orçamentos para 2004 de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são, respectivamente, R\$ 61,9 bilhões, R\$ 30,9 bilhões, R\$ 22,1 bilhões e R\$ 15,2 bilhões.

A metodologia aplicada na previsão da receita considerou um incremento real do Produto Interno Bruto (PIB) baiano de 3,6%, uma expectativa de inflação de 7,2% e para o ICMS uma produtividade fiscal de 2%. A expectativa de crescimento real da economia baiana supera a média nacional, bem como dos estados de São Paulo e Minas Gerais, que são de 3% e 3,5%, respectivamente.

A proposta orçamentária da Bahia destina 57,2% para os gastos sociais, 5,9% para os compromissos da dívida, 9,6% para investimentos e 42,1% para o pagamento da folha de pessoal. Quanto à Receita Corrente Líquida, os gastos de pessoal correspondem a 50,8%. Segundo Avena, frente às grandes economias do país, a Bahia está em uma posição bastante confortável, pois conseguiu atender, com relativa folga, o Artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece os limites legal (60%) e prudencial (57%) para a relação Pessoal-Receita Corrente Líquida. Minas Gerais e Rio Grande do Sul ultrapassaram esses limites.

Orçamento da Bahia é o quinto maior do país. Diário Oficial, 8/10/2003.

PROGRAMA VISA FORTALECER RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO

O governo do estado da Bahia, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), tendo como órgão executor a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (Cerb), lançou o Programa de Ações para o Fortalecimento dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia que tem o objetivo de melhorar as condições de vida dos habitantes da zona rural e prover o semi-árido de um desenvolvimento forte e sustentável.

O programa tem entre suas principais metas a intensificação de ações nas atividades de perfuração de poços e a construção de sistemas de abastecimento de água nos municípios mais castigados pela seca. Até o final deste ano, a Cerb terá perfurado 330 poços e construído cerca de 200 sistemas de abastecimento de água, além do fornecimento de 600 mil metros de tubo para ampliação de sistemas de abastecimento.

O programa soma-se aos diversos projetos e ações que vêm sendo desenvolvidos pela Cerb para melhor aproveitamento dos recursos hídricos do estado, como o estudo e exploração racional de mananciais hídricos superficiais e subterrâneos, a perenização de rios e a construção de barragens. Em 2004, o governo do estado da Bahia, através da Cerb, pretende intensificar ainda mais suas ações nos municípios, investindo em equipamentos e tecnologias alternativas que colaborem com o homem do campo na luta contra a seca.

Programa visa fortalecer recursos hídricos do estado. Correio da Bahia, 29/10/2003.



PORTAL PARA ATRAIR INVESTIDORES FOI LANÇADO PELO GOVERNADOR

O governador Paulo Souto lançou no dia 10 de outubro o portal Bahiainvest (www.bahiainvest.com.br), dirigido a empreendedores brasileiros e estrangeiros interessados em investir na Bahia. Concebido e coordenado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), o site contou com a participação ativa das secretarias da Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação (Seagri), da Cultura e Turismo (SCT), de Infra-Estrutura (Seinfra), do Planejamento (Seplan) e da Fazenda (Sefaz), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Prefeitura Municipal de Salvador e Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb).

No novo endereço, os empreendedores poderão obter informações a respeito do Brasil e da Bahia, com dados específicos sobre os principais setores e segmentos da economia do estado, tais como agronegócio, turismo, mineração e indústria automotiva, química e petroquímica, de celulose e papel, calçadista, de informática, transformação plástica, metal-mecânica, têxtil, móveis e de cosméticos.

Entre as ferramentas disponíveis estão mais de 30 mapas da Bahia, informações atualizadas sobre a produção do campo e cotações agrícolas, indústrias baianas, regiões turísticas potenciais e um guia do investidor. Além disso, a partir do dia 10 de novembro, haverá atendimento on-line, em tempo real, via internet, em inglês e português, durante o horário administrativo, com capacidade para até 16 pessoas simultaneamente.

Portal para atrair investidores será lançado amanhã pelo governador. Diário Oficial, 9/10/2003.

GOVERNO ESTADUAL LANÇA LOTES EM PONTO NOVO

O edital de licitação dos lotes empresariais do projeto baiano de agricultura irrigada Ponto Novo será lançado neste mês. A área total a ser licitada compreende 1.870 hectares, que serão desmembrados em 62 lotes com área individual variando de 12 a 50 hectares. Conhecido pela excelente logística e completa infra-estrutura, o Projeto Ponto Novo contou com investimentos de mais de R\$60 milhões, funcionando através de cessão real de uso por 25 anos, com aluguel mensal de 4% do valor oferecido no lote. A disputa dos lotes será através de concorrência pública.

Iniciado há três anos, o Projeto Ponto Novo foi implantado na região Piemonte da Diamantina, a 330 km de Salvador e 170 km de Juazeiro. “Uma infra-estrutura completa integra o projeto. Desde abastecimento de água até linha de transmissão elétrica e escoamento da produção. São 2,7 mil metros de adutoras, 24 km de estradas, 16,3 mil metros de canais, 45 km de drenos e valas de drenagem e duas estações de bombeamento”, enumera Roberto Alves Nunes, superintendente de irrigação da Secretaria de Agricultura do Estado (Seagri). Roberto Nunes destaca ainda que a agricultura irrigada tem propiciado uma significativa expansão do setor. De 2000 a 2001, a área irrigada da Bahia cresceu de 280 mil hectares para 308 mil hectares.

Os investimentos para o desenvolvimento do programa foram disponibilizados pelo Governo do Estado em parceria com o Banco Mundial, através da Seagri e Secretaria do Meio Ambiente (Semarh), com apoio da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Companhia de Engenharia Rural da Bahia (Cerb) e Superintendência de Recursos Hídricos (SRH). A área de pequenos produtores do projeto, que compreende lotes de cinco hectares, já está operando, com a produção de frutas como banana, coco, maracujá e goiaba.

Licitação de lotes empresariais começará em novembro. Correio da Bahia, 29/10/2003.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 4.854, de 08 de outubro de 2003 – Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, e dá outras providências.

Decreto n.º 4.857, de 10 de outubro de 2003 – Dá nova redação ao parágrafo 2º do ar. 5º do decreto n.º 4.732, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, do Conselho de Governo e altera a denominação do Comitê Executivo de Gestão, constante do mesmo Decreto.

Decreto de 14 de outubro de 2003 – Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital do banco múltiplo, a ser constituído mediante a transformação da Credicard Administradora de Cartões de Crédito S.A., e dá outras providências.

Decreto n.º 4.859, de 14 de outubro de 2003 – Altera a redação de dispositivos do decreto n.º 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e a tabela de incidência do IPI – TIPI, aprovada pelo decreto n.º 4.542, de 26 de dezembro de 2002.

Decreto n.º 4.862, de 21 de outubro de 2003 – Altera dispositivos do regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 06 de maio de 1999, e dá outras providências.

Decreto de 28 de outubro de 2003 – Abre aos orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 57.564.807,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida provisória n.º 132, de 20 de outubro de 2003 – Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Medida provisória n.º 133, de 23 de outubro de 2003 – Cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP e dá outras providências.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.746, de 10 de outubro de 2003 – Altera a redação dos arts. 1º, 4º e 5º da lei n.º 10.201, de 14 de fevereiro de 2002, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências.

Lei n.º 10.748, de 22 de outubro de 2003 – Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução normativa n.º 361, de 03 de outubro de 2003 – Aprova o Programa Gerador da Declaração de Operações com Cartões de Crédito (Decred), versão 1.0, e dá outras providências.

Instrução normativa n.º 362, de 07 de outubro de 2003 – Altera a instrução normativa SRF n.º 266, de 23 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o regime especial de depósito alfandegado certificado.

Instrução normativa n.º 363, de 16 de outubro de 2003 – Dispõe sobre procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo em unidades de produção ou estocagem situadas em águas jurisdicionadas brasileiras.

PORTARIAS

Portaria n.º 1.450, de 03 de outubro de 2003 – Institui o Programa Nacional de Qualidade de Serviços de Informação na Secretaria da Receita Federal – QoS RF, como referência metodológica do processo de



desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação e apuração especiais, e dispõe sobre a solicitação e a obtenção desses serviços no âmbito da Secretaria da Receita Federal (SRF).

Portaria n.º 253, de 07 de outubro de 2003 – Aprova o Regulamento da Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários – RVCVM e da Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados – RV-SUSEP.

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 31, de 03 de outubro de 2003 – Dispõe sobre a competência para apreciação de manifestação contra o indeferimento de pedido de utilização de créditos decorrentes de prejuízos fiscais ou de bases de cálculo negativas da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, bem como de compensação, no âmbito do Refis ou do parcelamento alternativo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Circular n.º 3.207, de 22 de outubro de 2003 – Altera a circular 3.188, de 2003, que dispõe sobre a Centralizadora da Compensação de Cheques e outros papéis – Compe e dá outras providências.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÕES

Instrução n.º 396, de 10 de outubro de 2003 – Dispõe sobre o envio de informações por companhias abertas, aos quotistas de Fundos Mútuos de Privatização – FGTS e de Clubes de Investimentos – FGTS, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente por valores mobiliários de sua emissão.

Instrução n.º 397, de 20 de outubro de 2003 – Altera a instrução CVM n.º 279, de 14 de maio de 1998, que regulamenta a constituição, a administração e o funcionamento de Fundos Mútuos de Privatização – FGTS destinados à aquisição de valores mobiliários, com recursos disponíveis da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 8.668, de 06 de outubro de 2003 – Aprova o regulamento do Programa de Incentivo à Cultura – FAZCULTURA e dá outras providências.

Decreto n.º 8.694, de 29 de outubro de 2003 – Homologa a resolução n.º 002/2003, do conselho de Administração do Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade – IBAMETRO.

LEIS

Lei n.º 8.831, de 14 de outubro de 2003 – Institui o Programa de Incentivo à Aposentadoria Voluntária por Tempo de Serviço, dos Servidores de cargo de provimento permanente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e dá outras providências.

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIAS

Portaria n.º 618, de 29 de outubro de 2003 – Altera para o exercício de 2003, o orçamento analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.



Publique seu artigo

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Conjuntura & Planejamento.

Editada desde 1994 e registrada no ISSN, a C&P é uma publicação mensal que tem por objetivo tornar-se um veículo de debates e de difusão de informações sobre a conjuntura e o planejamento no Estado da Bahia e no Brasil.

São aceitas contribuições abrangendo as mais diversas linhas de conhecimento em Economia e em outras áreas das ciências sociais e humanas.



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

www.sei.ba.gov.br

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

Salvador – Outubro/2003

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Out/02	Out/03	No Ano	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94=100
1. Alimentos e Bebidas	2,34	0,34	9,13	15,39	319.064,5	213,89
2. Habitação e Encargos	0,38	0,60	9,59	11,69	523.125,2	418,32
3. Artigos de Residência	1,32	-0,23	11,65	15,77	264.716,3	221,26
4. Vestuário	0,47	0,98	4,06	6,44	281.106,8	164,98
5. Transporte e Comunicação	0,70	0,10	13,47	21,32	492.968,3	533,51
6. Saúde e Cuidados Pessoais	1,07	0,75	12,24	15,98	504.207,6	268,63
7. Despesas Pessoais	0,63	-0,45	9,89	11,35	566.561,1	324,87
8. Geral	1,21	0,29	9,74	14,26	397.672,2	277,10

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	116.557	110.482	-5,2	24.553	23.658	-3,6
Algodão Herbáceo	179.971	258.181	43,5	2.391	3.017	26,2
Alho	13.167	13.850	5,2	8.451	8.343	-1,3
Amendoim	4.452	7.584	70,4	957	1.292	35,0
Arroz Total	39.543	30.287	-23,4	1.467	1.762	20,1
Arroz Sequeiro	nd	22.925	-	nd	1.489	-
Arroz Irrigado	nd	7.362	-	nd	4.106	-
Batata-inglesa	91.020	93.000	2,2	29.042	29.063	0,1
Cana-de-açúcar	4.447.168	4.520.676	1,7	55.321	56.269	1,7
Cebola	134.723	127.164	-5,6	24.087	23.858	-1,0
Feijão Total	374.820	362.803	-3,2	494	510	3,2
Feijão 1ª Safra	nd	134.577	-	nd	394	-
Sequeiro	nd	79.055	-	nd	409	-
Irrigado	nd	2.200	-	nd	1.467	-
Caupi	nd	53.322	-	nd	363	-
Feijão 2ª Safra	nd	228.226	-	nd	586	-
Sequeiro	nd	192.172	-	nd	542	-
Irrigado	nd	32.817	-	nd	2.413	-
Caupi	nd	3.237	-	nd	229	-
Fumo	9.947	11.235	12,9	890	898	0,9
Mamona	64.957	81.698	25,8	591	657	11,2
Mandioca	4.088.788	3.998.968	-2,2	12.571	12.062	-4,0
Milho Total	849.818	1.451.694	70,8	1.657	2.134	28,8
Milho 1ª Safra	nd	1.195.144	-	nd	3.251	-
Sequeiro	nd	1.053.904	-	nd	3.060	-
Irrigado	nd	141.240	-	nd	6.088	-
Milho 2ª Safra	nd	256.550	-	nd	808	-
Sequeiro	nd	246.504	-	nd	781	-
Irrigado	nd	10.046	-	nd	5.807	-
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo Granífero	33.777	68.680	103,3	1.144	1.346	17,7
Tomate	237.763	137.471	-42,2	44.860	38.529	-14,1
Tomate de Mesa	nd	137.471	-	nd	38.529	-
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	763.901	764.854	0,1	15.156	15.017	-0,9
Cacau	110.205	110.841	0,6	225	230	2,2
Café	169.310	181.329	7,1	1.142	1.198	4,9
Castanha-de-cajú	5.445	5.572	2,3	283	285	0,7
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	731.208	696.502	-4,7	9.646	9.103	-5,6
Dendê	167.581	nd	-	4.019	nd	-
Guaraná	2.680	2.342	-12,6	456	398	-12,7
Laranja	923.056	772.409	-16,3	18.195	15.986	-12,1
Mamão	783.600	785.407	0,2	46.284	50.564	9,2
Maracujá ⁽⁴⁾	125.741	nd	-	13.093	nd	-
Pimenta-do-reino	2.443	2.610	6,8	2.264	2.324	2,7
Sisal	163.458	170.832	4,5	852	854	0,2
Uva	83.333	87.434	4,9	30.502	30.036	-1,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCE

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.



Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.747	4.670	-1,6	4.747	4.670	-1,6	0	0
Algodão Herbáceo	75.264	86.141	14,5	75.264	85.582	13,7	0	559
Alho	1.660	1.660	0,0	1.660	1.660	0,0	0	0
Amendoim	4.649	5.868	26,2	4.649	5.868	26,2	0	0
Arroz Total	26.940	17.187	-36,2	26.940	17.187	-36,2	0	0
Arroz Sequeiro	nd	15.394	—	nd	15.394	—	—	0
Arroz Irrigado	nd	1.793	—	nd	1.793	—	—	0
Batata-inglesa	3.134	3.200	2,1	3.134	3.200	2,1	0	0
Cana-de-açúcar	80.432	80.386	-0,1	80.387	80.341	-0,1	0	45
Cebola	5.593	5.330	-4,7	5.593	5.330	-4,7	0	0
Feijão Total	822.031	798.358	-2,9	758.555	730.940	-3,6	21.225	67.418
Feijão 1ª Safra	nd	406.907	—	nd	341.799	—	—	65.108
Sequeiro	nd	256.544	—	nd	193.216	—	—	63.328
Irrigado	nd	1.500	—	nd	1.500	—	—	0
Caupi	nd	148.863	—	nd	147.083	—	—	1.780
Feijão 2ª Safra	nd	391.451	—	nd	389.141	—	—	2.310
Sequeiro	nd	363.555	—	nd	361.405	—	—	2.150
Irrigado	nd	13.602	—	nd	13.602	—	—	0
Caupi	nd	14.294	—	nd	14.134	—	—	160
Fumo	11.164	12.506	12,0	11.164	12.506	12,0	0	0
Mamona	118.964	124.266	4,5	109.800	124.266	13,2	2.245	0
Mandioca	345.376	336.407	-2,6	325.251	331.527	1,9	0	4.880
Milho Total	705.564	800.957	13,5	512.730	685.206	33,6	61.054	115.751
Milho 1ª Safra	nd	481.803	—	nd	367.657	—	—	114.146
Sequeiro	nd	458.603	—	nd	344.457	—	—	114.146
Irrigado	nd	23.200	—	nd	23.200	—	—	0
Milho 2ª Safra	nd	319.154	—	nd	317.549	—	—	1.605
Sequeiro	nd	317.424	—	nd	315.819	—	—	1.605
Irrigado	nd	1.730	—	nd	1.730	—	—	0
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	29.606	60.781	105,3	29.506	51.031	73,0	100	9.750
Tomate	5.300	3.568	-32,7	5.300	3.568	—	0	0
Tomate de Mesa	nd	3.568	—	4.602	3.568	-22,5	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	—	nd	nd	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	51.192	51.541	0,7	50.400	50.931	1,1	0	610
Cacau	576.875	578.025	0,2	487.791	482.091	-1,2	0	95.934
Café	153.748	153.574	-0,1	148.169	151.422	2,2	8.141	2.152
Castanha-de-cajú	19.225	19.544	1,7	19.225	19.544	1,7	0	0
Coco-da-baía	78.689	79.218	0,7	75.800	76.510	0,9	2.411	2.708
Dendê	41.690	nd	—	41.690	nd	—	0	—
Guaraná	5.883	5.879	-0,1	5.873	5.879	0,1	0	0
Laranja	50.750	48.319	-4,8	50.731	48.319	-4,8	104	0
Mamão	16.938	15.533	-8,3	16.930	15.533	-8,3	0	0
Maracujá	9.625	nd	—	9.603	nd	—	22	—
Pimenta-do-reino	1.096	1.123	2,5	1.079	1.123	4,1	0	0
Sisal	204.103	200.088	-2,0	191.693	200.088	4,4	0	0
Uva	2.732	2.911	6,6	2.732	2.911	6,6	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. Normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA**Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros****Bahia - 2003**

Em %

Classes e Gêneros	Ago 03/Jul 03 ¹	Ago 03/Ago 02	Acumulado no Ano ²	Últimos 12 meses ³
Indústria Geral	-1,9	-11,4	0,2	0,6
Indústria Extrativa Mineral	0,2	-0,8	-1,0	-1,1
Indústria de Transformação	-3,0	-12,9	0,4	0,9
Minerais não-metálicos	23,9	20,5	-2,2	-2,7
Metalurgia	7,0	2,5	-0,1	-2,6
Mat. Eletr. e de Comunicações	7,0	4,1	-9,3	-2,1
Papel e Papelão	-27,3	-28,4	4,0	4,6
Borracha	-2,2	-1,5	-9,1	-3,3
Química	-1,9	-15,7	1,2	1,5
Perf. Sabões e Velas	2,8	15,4	14,6	8,0
Prod. Matérias Plásticas	36,8	-11,0	-23,8	2,3
Têxtil	-4,5	12,6	14,5	7,2
Produtos Alimentares	-4,9	-22,3	-3,0	2,1
Bebidas	-10,9	-43,6	-22,2	-11,5

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3) Em relação aos doze meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação**Bahia: Agosto 2002 - Agosto 2003**

Ano/Mês	No Mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses ⁽⁴⁾
2002				
Ago	0,5	20,0	-0,8	1,2
Set	-10,9	-6,8	-1,5	-0,4
Out	1,6	-0,8	-1,5	-0,4
Nov	6,3	4,5	-0,9	-0,7
Dez	2,5	10,3	0,1	0,1
2003				
Jan	-6,5	-0,9	-0,9	-0,4
Fev	-11,3	-9,8	-5,2	-1,2
Mar	14,8	5,2	-1,7	-0,7
Abr	-1,5	9,5	1,1	0,8
Mai	-3,4	21,5	4,7	4,3
Jun	1,7	6,9	5,1	5,4
Jul	1,7	-9,6	2,6	3,7
Ago	-0,7	-12,9	0,4	0,9

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe
Bahia - 2003**

Classe	Ago-03/Jul-03	Ago-03/Ago-02	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
Rural/Irrigação	0,2	11,6	12,9	18,7
Residencial	-1,7	8,9	12,3	14,9
Industrial ⁽¹⁾	-0,1	-5,2	-1,2	6,4
Comercial	1,5	3,8	9,8	14,0
Utilidades Públicas ⁽²⁾	-0,2	3,8	12,1	18,7
Setor Público	7,7	12,7	19,6	26,3
Concessionária	8,9	8,7	6,6	6,1
Total	0,01	0,04	4,4	10,4

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: SEI - GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica.

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio - PMC****Variação no Volume de Vendas no Varejo¹****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Ago-03/Jul-03	Ago-03/Ago-02	Acumulado Ano ²	Últimos 12 meses ³
Comércio Varejista	0,9	-9,5	-8,2	-6,4
Combustíveis e Lubrificantes	-5,6	-11,9	-7,4	-6,6
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	2,8	-11,7	-11,7	-7,9
Hipermercados e Supermercados	3,1	-14,0	-13,2	-11,7
Tecidos, Vestuário e Calçados	9,5	-13,8	-13,8	-5,2
Móveis e Eletrodomésticos	0,8	-9,7	-9,7	-5,4
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	5,6	5,8	5,8	-2,7
Veículos, Motos e Peças	-6,4	17,9	6,8	5,1

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: * Dados deflacionados pelo IPCA.

**Em relação ao mesmo período do ano anterior.

***Em relação aos doze meses anteriores



Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador Setembro 2002 - Setembro 2003

%

Período	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Setembro	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maiο	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados Setembro 2002 – Setembro 2003

Período	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2002						
Setembro	1,7	-3,5	-13,4	-1,2	0,3	1,2
Outubro	1,8	-15,4	-13,6	10,2	0,0	1,2
Novembro	-6,8	-12,2	-13,5	-14,9	-9,2	0,7
Dezembro	15,5	3,7	-12,2	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	-3,9	-11,6	-11,6	-3,2	-15,3	-15,3
Fevereiro	-12,7	-4,0	8,9	-4,5	-12,9	-14,1
Março	2,6	-2,7	6,9	-12,5	-20,9	-16,3
Abril	-3,5	-15,3	9,6	5,6	-18,5	-16,8
Maiο	0,2	-10,0	9,9	-0,5	-14,6	-16,4
Junho	-0,5	0,5	8,2	-3,7	-10,7	-15,6
Julho	5,4	-10,8	8,8	6,0	-20,9	-16,4
Agosto	-8,8	-11,2	9,2	-7,4	-21,3	-17,0
Setembro	12,1	-2,1	8,4	15,9	-7,7	-16,0

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior.

INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Setembro 2003

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	27,9	26,4	34,3
Desemprego Aberto	16,7	15,4	22,7
Desemprego Oculto	11,2	11,0	11,5
Participação (PEA/PIA)	63,4	63,5	63,2

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação
Setembro 1997 – Setembro 2003

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Setembro 1997	12,8	12,2	60,1	60,8
Setembro 1998	14,9	14,2	60,3	60,9
Setembro 1999	15,7	15,1	61,0	61,8
Setembro 2000	14,7	14,1	61,6	62,5
Setembro 2001	16,5	15,6	61,4	61,9
2002				
Janeiro	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
2003				
Janeiro	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



**Estimativa da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos,
Taxas Globais de Participação e Taxas de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Setembro 1997 - Setembro 2003**

Períodos	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População Total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²			
Setembro 1997	1.366	104,1	1.067	102,0	299	112,3	907	99,1	60,1	21,9	2.821
Setembro 1998	1.408	107,3	1.048	100,2	360	135,4	927	101,3	60,3	25,6	2.880
Setembro 1999	1.463	111,5	1.044	99,8	419	157,2	936	102,3	61,0	28,6	2.941
Setembro 2000	1.520	115,9	1.126	107,6	394	148,0	947	103,5	61,6	25,9	3.003
Setembro 2001	1.556	118,6	1.123	107,4	433	162,6	979	107,0	61,4	27,8	3.066
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Maio	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Varição Mensal Set-03/Ago-03	1,7		2,9		-1,5		-2,2	1,4	-3,1		
Varição no Ano Set-03/Dez-02	3,5		1,6		9,0		-0,3	1,4	5,3		
Varição Anual Set-03/Set-02	3,9		2,7		7,0		0,8	1,1	3,0		

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100.

Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Econômica no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador – Bahia
Setembro 1997 – Setembro 2003

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ⁽¹⁾	Serviços Pessoais ⁽²⁾	Serviços Domésticos	Outros
Setembro 1997	8,1	5,1	17,4	31,0	25,8	10,7	1,9
Setembro 1998	8,5	5,4	16,9	31,3	25,8	10,2	1,9
Setembro 1999	8,6	5,2	15,9	30,6	27,4	10,5	1,8
Setembro 2000	7,6	5,4	16,8	33,0	25,8	10,3	1,1
Setembro 2001	7,6	5,3	16,8	33,5	25,3	10,7	0,8
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Maio	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados;

Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Setembro 1997 - Setembro 2003

Em %

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/Público	Autônomo Trab. P/Empresa			
Setembro 1997	56,7	29,5	10,6	16,6	23,9	20,0	4,0	4,7	10,7	3,9
Setembro 1998	58,0	30,9	11,0	16,1	23,7	19,2	4,5	4,1	10,2	4,0
Setembro 1999	56,9	30,9	11,4	14,6	24,7	19,6	5,1	4,0	10,5	3,8
Setembro 2000	60,8	33,3	12,1	15,3	21,4	17,9	3,5	4,4	10,3	3,2
Setembro 2001	61,4	34,6	12,0	14,8	21,3	17,5	3,8	4,2	10,7	2,4
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Maio	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.



Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Agosto 1997 - Agosto 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Agosto 1997	785	372	100,9	888	481	99,5
Agosto 1998	729	368	93,8	827	466	92,7
Agosto 1999	676	346	86,9	767	434	85,9
Agosto 2000	715	374	91,9	778	439	87,2
Agosto 2001	679	363	87,3	759	438	85,1
Janeiro 2002	698	359	89,6	763	431	85,5
Fevereiro	714	361	91,8	773	441	86,6
Março	710	358	91,2	784	441	87,9
Abril	710	357	91,3	781	450	87,5
Maio	692	354	88,9	771	427	86,4
Junho	713	354	91,6	788	446	88,3
Julho	709	353	91,1	801	452	89,7
Agosto	692	349	89,0	784	446	87,9
Setembro	658	344	84,5	749	437	84,0
Outubro	641	341	82,4	719	428	80,5
Novembro	636	338	81,7	705	428	79,0
Dezembro	634	330	81,5	706	411	79,1
Janeiro 2003	618	324	79,4	697	404	78,1
Fevereiro	620	317	79,6	698	408	78,2
Março	593	313	76,2	677	397	75,9
Abril	593	310	76,3	664	394	74,4
Maio	584	309	75,1	653	375	73,2
Junho	618	323	79,4	694	399	77,8
Julho	640	324	82,3	725	402	81,3
Agosto	652	333	83,7	736	403	82,5
Variação Mensal Ago-03/Jul-03	1,8	2,9	1,8	1,5	0,2	1,5
Variação no Ano Ago-03/Dez-02	2,8	0,9	2,8	4,3	-2,0	4,3
Variação Anual Ago-03/Ago-02	-5,9	-4,5	-5,9	-6,1	-9,5	-6,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Agosto - 2003.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução⁽¹⁾**Região Metropolitana de Salvador - Bahia****Agosto 1997 - Agosto 2003****Em Reais**

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Agosto 1997	249	346	543	1012	2.538
Agosto 1998	246	327	488	920	2.255
Agosto 1999	247	319	456	832	2.099
Agosto 2000	260	329	429	823	2.256
Agosto 2001	222	328	425	757	2.190
Janeiro 2002	223	330	443	806	2.167
Fevereiro	231	341	425	798	2.165
Março	211	331	405	783	2.116
Abril	216	327	411	771	2.153
Maior	208	328	423	753	2.185
Junho	219	332	457	758	2.291
Julho	232	327	451	750	2.247
Agosto	245	320	441	746	2.198
Setembro	247	326	415	724	2.068
Outubro	251	325	404	721	1.994
Novembro	234	319	420	705	1.992
Dezembro	230	309	419	704	2.003
Janeiro 2003	205	295	421	675	2.034
Fevereiro	205	295	396	665	2.074
Março	193	281	379	642	2.005
Abril	204	290	380	638	1.957
Maior	193	296	382	626	1.838
Junho	212	301	397	632	1.917
Julho	223	308	397	655	1.917
Agosto	249	316	389	674	1.947

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Agosto 2003.



Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Agosto 1997 - Agosto 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Agosto 1997	733	990	560	712	847	379
Agosto 1998	692	973	553	658	796	388
Agosto 1999	632	820	503	639	734	336
Agosto 2000	644	867	508	641	732	393
Agosto 2001	627	843	488	625	714	364
Janeiro 2002	635	807	544	633	727	351
Fevereiro	651	790	537	668	741	371
Março	663	803	538	682	755	382
Abril	666	849	511	681	756	384
Maio	647	821	497	659	734	384
Junho	663	829	526	663	749	397
Julho	662	805	503	672	747	401
Agosto	649	760	510	656	737	377
Setembro	625	749	467	643	711	368
Outubro	606	732	471	615	693	344
Novembro	591	771	448	594	675	346
Dezembro	593	712	484	603	667	371
Janeiro 2003	578	721	503	576	643	384
Fevereiro	593	719	514	601	653	408
Março	578	786	473	567	651	359
Abril	572	733	448	571	637	366
Maio	557	740	452	541	626	340
Junho	576	805	446	568	647	357
Julho	604	890	453	585	686	357
Agosto	605	859	446	592	685	358

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Agosto - 2003.



Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Agosto 1997 - Agosto 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Agosto 1997	93	186	372	807	1.862	186	276	481	933	2.017
Agosto 1998	105	194	368	759	1.740	194	271	466	904	1.822
Agosto 1999	101	196	346	723	1.588	196	263	434	866	1.740
Agosto 2000	108	205	374	798	1.611	202	269	439	845	1.627
Agosto 2001	125	227	363	733	1.502	225	270	438	793	1.520
Janeiro 2002	120	217	359	722	1.525	216	266	431	816	1.574
Fevereiro	120	216	361	723	1.561	216	285	441	838	1.580
Março	119	215	358	720	1.556	215	281	441	838	1.672
Abril	119	216	357	719	1.557	216	284	450	835	1.671
Maio	118	236	354	711	1.533	215	272	427	830	1.661
Junho	117	235	354	707	1.644	235	282	446	836	1.762
Julho	117	234	353	704	1.632	234	282	452	849	1.762
Agosto	116	233	349	699	1.612	230	281	446	816	1.749
Setembro	114	229	344	690	1.496	228	281	437	801	1.632
Outubro	114	228	341	684	1.465	225	276	428	789	1.578
Novembro	112	225	338	676	1.368	221	275	428	770	1.483
Dezembro	109	220	330	660	1.352	220	269	411	763	1.464
Janeiro 2003	106	216	324	636	1.298	216	265	404	742	1.406
Fevereiro	106	211	317	635	1.304	211	262	408	742	1.465
Março	104	209	313	623	1.255	209	254	397	717	1.406
Abril	103	207	310	622	1.256	207	249	394	717	1.434
Maio	102	207	309	614	1.245	207	248	375	708	1.348
Junho	102	241	323	616	1.412	241	255	399	757	1.514
Julho	101	241	324	659	1.508	241	263	402	804	1.559
Agosto	100	240	333	683	1.508	240	280	403	803	1.600

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Agosto - 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Flutuação Mensal do Emprego Bahia - 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2000	37.298	8.184	-3.429	11.644	17.843
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Jan- Set/2003	25.470	7.093	-1.805	4.332	5.678
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Out 02-Set 03	24.964	5.250	-4.294	7.172	9.539

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS - 2002/2003

Mês / Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2002	16.401	2.001	-2.243	3.067	13.511
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maior	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Jan-Set/2003	2.542	141	-1.871	777	3.489
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1.009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maior	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Out02-Set03	6.456	47	-2.173	2.053	6.596

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro - Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Jul-Ago/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Ago/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	371.619.714	372.232.875	63.121.918	17,0	248.395.086	66,7	123.837.789
Receita Tributária	110.013.569	110.013.569	17.442.200	15,9	76.170.295	69,2	33.843.274
Receita de Contribuições	223.407.791	224.025.557	36.426.222	16,3	143.122.206	63,9	80.903.351
Receita Patrimonial	10.369.925	10.369.957	3.036.425	29,3	8.390.507	80,9	1.979.450
Receita Agropecuária	24.079	24.079	2.808	11,7	13.241	55,0	10.838
Receita Industrial	368.897	368.897	95.521	25,9	234.243	63,5	134.654
Receita de Serviços	16.636.604	16.630.176	4.199.774	25,3	13.258.755	79,7	3.371.421
Transferências Correntes	213.624	215.297	27.231	12,6	141.958	65,9	73.339
Outras Receitas Correntes	10.585.225	10.585.343	1.891.738	17,9	7.063.881	66,7	3.521.462
Receitas de Capital	142.281.544	142.400.298	20.955.437	14,7	72.485.019	50,9	69.915.279
Operações de Crédito ⁽¹⁾	109.307.267	109.376.019	12.677.380	11,6	47.640.929	43,6	61.735.090
Alienação de Bens	3.769.642	3.769.644	1.657.154	44,0	2.059.359	54,6	1.710.285
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.215.929	2.086.138	18,6	9.263.102	82,6	1.952.827
Transferências de Capital	65.991	65.991	6.981	10,6	24.487	37,1	41.504
Outras Receitas de Capital	17.972.715	17.972.715	4.527.785	25,2	13.497.142	75,1	4.475.573
Subtotal das Receitas (I)	513.901.258	514.633.173	84.077.355	16,3	320.880.105	62,4	193.753.068
Déficit (II)	—	—	—	—	—	—	—
Total (I+II)	513.901.258	514.633.173	84.077.355	16,3	320.880.105	62,4	193.753.068

Fonte: SIAFI - STN/CONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro - Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-c)
			Jul-Ago/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Ago/2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	394.662.741	398.054.303	61.685.296	15,5	226.065.548	56,8	171.988.755
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	77.889.108	12.501.874	16,1	49.757.499	63,9	28.131.609
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.710.284	11.047.065	11,8	36.674.794	39,1	57.035.490
Outras Despesas Correntes	223.972.448	226.454.911	38.136.357	16,8	139.633.255	61,7	86.821.656
Transf.a Estados, DF e Municípios	75.029.538	76.215.443	11.729.811	15,4	50.684.332	66,5	25.531.111
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	97.354.774	97.354.774	17.528.614	18,0	62.136.763	63,8	35.218.011
Demais Despesas Correntes	51.588.136	52.884.694	8.877.932	16,8	26.812.160	50,7	26.072.534
Despesas de Capital	98.608.019	116.705.857	5.341.815	4,6	44.071.037	37,8	72.634.820
Investimentos	14.180.170	14.245.323	308.306	2,2	635.807	4,5	13.609.516
Inversões Financeiras	24.376.290	24.689.178	2.476.554	10,0	7.725.002	31,3	16.964.176
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	60.051.559	77.771.356	2.556.955	3,3	35.710.228	45,9	42.061.128
Reserva de Contingência	20.521.773	18.591.096	—	—	—	—	18.591.096
Subtotal das Despesas (I)	513.792.533	533.351.256	67.027.111	12,6	270.136.585	50,6	263.214.671
Superávit (II)	—	—	—	—	50.743.520	—	—
Total (I+II)	513.792.533	533.351.256	67.027.111	12,6	320.880.105	60,2	263.214.671

Fonte: SIAFI - STN/CONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários.

Balanco Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
			Bim. Jul/Ago	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	9.919.493	10.110.895	1.646.677	16,3	6.697.882	66,2	3.413.012
Receita Tributária	5.895.690	5.968.778	1.041.954	17,5	4.110.195	68,9	1.858.582
Impostos	5.724.753	5.769.691	1.005.301	17,4	3.992.024	69,2	1.777.667
Taxas	170.937	199.087	36.653	18,4	118.171	59,4	80.915
Receita de Contribuições	965.364	979.564	168.498	17,2	688.326	70,3	291.238
Contribuições Sociais	865.364	865.364	145.234	16,8	591.068	68,3	274.296
Contribuições Econômicas	100.000	114.200	23.264	20,4	97.258	85,2	16.942
Receita Patrimonial	194.445	196.765	30.349	15,4	129.165	65,6	67.600
Receitas Imobiliárias	26.348	26.552	638	2,4	1.656	6,2	24.896
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	40.001	-	-	3.589	9,0	36.412
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	2.533	515	20,3	1.916	75,6	616
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	127.679	29.196	22,9	122.004	95,6	5.675
Receita Agropecuária	1.698	1.698	-	-	6	0,4	1.692
Receita da Produção Vegetal	47	47	-	-	6	13,5	41
Receita da Produção Animal e Derivados	751	751	-	-	-	-	751
Outras Receitas Agropecuárias	900	900	-	-	-	-	900
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Indústria de Transformação	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	264.987	268.475	25.037	9,3	93.667	34,9	174.808
Receita de Serviços	264.987	268.475	25.037	9,3	93.667	34,9	174.808
Transferências Correntes	2.934.611	2.937.618	448.095	15,3	2.013.937	68,6	923.681
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	2.709.982	439.640	16,2	1.980.454	73,1	729.528
Transferências de Instituições Privadas	507	507	2	0,4	10	2,0	497
Transferências do Exterior	492	688	103	15,0	223	32,4	464
Transferências de Convênios	224.074	226.441	8.349	3,7	33.249	14,7	193.192
Outras Receitas Correntes	578.905	674.205	84.905	12,6	304.674	45,2	369.531
Multas e Juros de Mora	100.644	100.644	13.840	13,8	53.154	52,8	47.490
Indenizações e Restituições	51.711	51.712	885	1,7	3.814	7,4	47.898
Receita da Dívida Ativa	6.196	6.196	1.551	25,0	3.601	58,1	2.595
Receitas Correntes Diversas	420.354	515.653	68.630	13,3	244.105	47,3	271.548
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(916.297)	(152.160)	16,6	(642.088)	70,1	(274.209)
Receitas de Capital	1.009.629	1.043.651	61.670	5,9	329.851	31,6	713.800
Operações de Crédito	606.885	615.932	54.137	8,8	244.013	39,6	371.918
Operações de Crédito Internas	195.178	204.225	13.006	6,4	39.515	19,3	164.710
Operações de Crédito Internas	195.178	204.225	13.006	6,4	39.515	19,3	164.710
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	411.707	411.707	41.131	10,0	204.498	49,7	207.209
Alienação de Bens	140.477	141.690	1.271	0,9	2.177	1,5	139.513
Alienação de Bens Móveis	139.697	139.697	294	0,2	306	0,2	139.391
Alienação de Bens Imóveis	780	1.993	976	49,0	1.871	93,9	122
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	191	6,4	1.268	42,3	1.732
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.000	191	6,4	1.268	42,3	1.732
Transferências de Capital	259.252	268.798	6.071	2,3	82.186	30,6	186.612
Transferências Intragovernamentais	-	6.000	-	-	-	-	6.000
Transferências Intergovernamentais	20.650	20.650	1.230	6,0	56.105	271,7	(35.455)
Transferências de Instituições Privadas	98	98	-	-	-	-	98
Transferências do Exterior	421	676	-	-	-	-	676
Transferências de Convênios	238.083	241.374	4.841	2,0	26.081	10,8	215.293
Outras Receitas de Capital	15	14.230	-	-	206	1,4	14.024
Outras Receitas	15	14.230	-	-	206	1,4	14.024
Subtotal das Receitas	10.929.122	11.154.546	1.708.347	15,3	7.027.734	63,0	4.126.812
Saldos de Exercícios Anteriores (II)					195.687		
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	11.154.546	1.708.347		7.223.421		4.126.812
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	10.929.122	11.154.546	1.708.347		7.223.421		4.126.812

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balço Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Jul/Ago	No Exercício	Bim. Jul/Ago	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	127.454	8.962.563	1.453.477	5.631.045	1.462.639	5.524.692	3.437.871
Pessoal e Encargos	4.569.112	32.685	4.601.797	713.233	2.929.538	737.296	2.923.768	1.678.029
Juros e Encargos da Dívida	576.873	(30.000)	546.873	107.015	407.276	107.064	407.145	139.728
Outras Despesas Correntes	3.689.123	124.770	3.813.893	633.229	2.294.231	618.279	2.193.779	1.620.113
Despesas de Capital	2.075.434	97.970	2.173.404	276.745	1.162.129	273.836	1.132.046	1.041.358
Investimentos	1.125.505	259.845	1.352.050	149.057	578.031	146.149	547.949	804.101
Inversões Financeiras	340.218	(182.875)	157.343	20.632	103.817	20.631	103.816	53.527
Amortizações da Dívida	609.711	21.000	630.711	107.056	480.281	107.056	480.281	150.430
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	609.711	21.000	630.711	107.056	480.281	107.056	480.281	150.430
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	18.579	-	18.579	-	-	-	-	18.579
Subtotal das Despesas	10.929.122	225.424	11.154.546	1.730.222	6.793.175	1.736.476	6.656.738	4.497.808
Superávit	-	-	-	-	-	-	566.683	-
Total	10.929.122	225.424	11.154.546	1.730.222	6.793.175	1.736.476	7.223.421	4.497.808

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal
Bahia: janeiro de 2002 a Agosto de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Jan	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fev	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Mar	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abr	367.373	483.606	37.105	35.434	404.478	519.040
Mai	404.853	447.830	39.646	47.985	444.499	495.815
Jun	385.374	454.843	37.870	47.430	423.244	502.273
Jul	383.472	463.914	41.896	57.400	425.369	521.314
Ag	422.288	465.528	43.420	55.112	465.708	520.640
Set	451.985		39.479		491.464	
Out	464.967		28.897		493.863	
Nov	493.509		23.570		517.079	
Dez	469.677		64.450		534.127	
Total	4.950.531		432.583		5.383.114	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.



Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾

Bahia: janeiro de 2002 a agosto de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	508.292	504.609	25.796	46.501	534.087	551.110
Fevereiro	509.327	500.114	37.531	38.042	546.858	538.156
Março	446.153	439.692	37.471	40.076	483.624	479.768
Abril	481.705	479.036	48.653	35.100	530.357	514.136
Mai	525.041	446.581	32.522	47.851	557.563	494.432
Junho	491.254	456.760	48.275	47.629	539.528	504.389
Julho	479.010	466.799	52.334	57.757	531.344	524.556
Agosto	515.313	465.528	52.985	55.112	568.298	520.640
Setembro	537.346		46.935		584.281	
Outubro	530.430		32.964		563.394	
Novembro	531.939		25.405		557.344	
Dezembro	492.950		67.644		560.593	
Total	6.048.760		508.514		6.557.273	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de e agosto/03 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para os Estados

Bahia: Janeiro de 2002 a Agosto de 2003

Ano e Mês	Receitas									
	FPE ¹		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO ²		Outras ³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Mai	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	191.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	7.109	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	30.407	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	49.887	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	68.600	6.301	52.807	167.488	760.967
Mai	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	93.612	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	112.046	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	131.874	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	151.871	6.301	78.011	179.121	1.474.579

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Deduzidos 15% para o FUNDEF.⁽²⁾ Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação.⁽³⁾ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579.

Balanço Orçamentário - Receitas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Jul-Ago/2003 (b)	% (b/a)	Jan-Ago/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.215.028	1.219.028	168.807	13,85	752.834	61,76	466.194
Receita Tributária	484.550	484.550	67.960	14,03	289.004	59,64	195.546
Impostos	394.500	394.500	58.721	14,88	239.922	60,82	154.578
Taxas	90.050	90.050	9.049	10,05	48.789	54,18	41.261
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	190	-	293	-	(293)
Receita de Contribuições	21.850	21.850	9.730	44,53	34.743	159,01	(12.893)
Contribuições Sociais	21.850	21.850	5.298	24,25	19.753	90,40	2.097
Contribuições Econômicas	-	-	4.432	-	14.990	-	(14.990)
Receita Patrimonial	61.571	61.571	7.737	12,57	29.635	48,13	31.936
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	132	5,71	1.502	65,02	808
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	6.246	34,04	26.062	142,03	(7.712)
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	38.911	1.350	3,47	2.044	5,25	36.867
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	9	0,45	27	1,35	1.973
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	21	-	258	-	(258)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	21	-	258	-	(258)
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	29.222	33.222	344	1,04	12.256	36,89	20.966
Receita de Serviços	29.222	33.222	344	256,74	12.256	36,89	20.966
Transferências Correntes	553.777	553.777	85.293	15,40	342.842	61,91	210.935
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.510	83.181	16,92	335.312	68,22	156.198
Transf. de Instituições Privadas	-	-	(23)	-	67	-	(67)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	16	-	(16)
Transferências de Convênios	62.267	62.267	2.135	3,43	7.447	11,96	54.820
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	(2.278)	(3,56)	44.096	68,84	19.962
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	(7.994)	(35,53)	22.403	99,57	97
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	1.735	43,38	4.369	109,23	(369)
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	3.693	12,73	15.790	54,45	13.210
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	288	3,37	1.534	17,92	7.024
Receitas de Capital	72.321	111.926	10.322	9,22	36.749	32,83	75.177
Operações de Crédito	14.000	44.000	236	0,54	236	0,54	43.764
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	236	0,54	236	0,54	43.764
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	236	0,54	236	-	43.764
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	2.300	2.300	-	-	-	-	2.300
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300	-	-	-	-	2.300
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	55.899	65.504	10.086	15,40	36.513	55,74	28.991
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	-	-	-	-	3.950
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	51.949	61.554	10.086	16,39	36.513	59,32	25.041
Outras Receitas de Capital	122	122	-	-	-	-	122
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	122	122	-	-	-	-	122
Subtotal das Receitas (I)	1.287.349	1.330.954	179.129	13,46	789.583	59,32	541.371
Saldos de exercícios Anteriores (II)					90.780		
Subtotal III= I+II	1.287.349	1.330.954	179.129	13,46	880.363		
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	1.287.349	1.330.954	179.129	13,46	880.363		

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Balanco Orçamentário - Despesas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Alterações Orçamentárias			Dotação Atualizada (c) = (a+b)	Despesas					
		Suplemen- tações (I)	Anula- ções (II)	Total (b) = (I - II)		Empenhadas		Liquidadas			Saldo (c-g)
						Jul-Ago/ 2003 (d)	Jan-Ago/ 2003 (e)	Jul-Ago/ 2003 (f)	Jan-Ago/ 2003 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.070.363	148.383	129.506	18.877	1.089.240	131.280	767.222	171.191	678.888	62,33	410.352
Pessoal e Encargos Sociais	404.810	10.639	9.789	850	405.660	56.853	293.182	70.893	265.224	65,38	140.436
Juros e Encargos da Dívida Interna	64.000	-	-	-	64.000	230	46.901	11.231	44.969	70,26	19.031
Outras Despesas Correntes	601.553	137.744	119.717	18.027	619.580	74.197	427.139	89.067	368.695	59,51	250.885
Despesas de Capital	207.986	92.652	46.540	46.112	254.098	25.649	130.238	27.112	115.452	45,44	138.646
Investimentos	151.976	87.652	46.540	41.112	193.088	23.459	89.291	19.372	80.413	41,65	112.675
Inversões Financeiras	5.010	5.000	-	5.000	10.010	206	6.262	206	5.462	54,57	4.548
Amortização da Dívida	51.000	-	-	-	51.000	1.984	34.685	7.534	29.577	57,99	21.423
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	-	-	-	51.000	1.984	34.685	7.534	29.577	57,99	21.423
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	9.000	-	-	-	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.287.349	241.035	76.046	64.989	1.352.338	156.929	897.460	198.303	794.340	58,74	557.998
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	86.023	-	-
Total (I+II)	1.287.349	241.035	76.046	64.989	1.352.338	156.929	897.460	198.303	880.363	65,10	557.998

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.